

# NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 1 a 7 de abril de 1960

Nº 57

Diretor — Mário Alves

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Gerente — Guttemberg Cavalcanti

## 100 mil vidas ameaçadas: fome e epidemias

# Orós: Governo é o culpado!

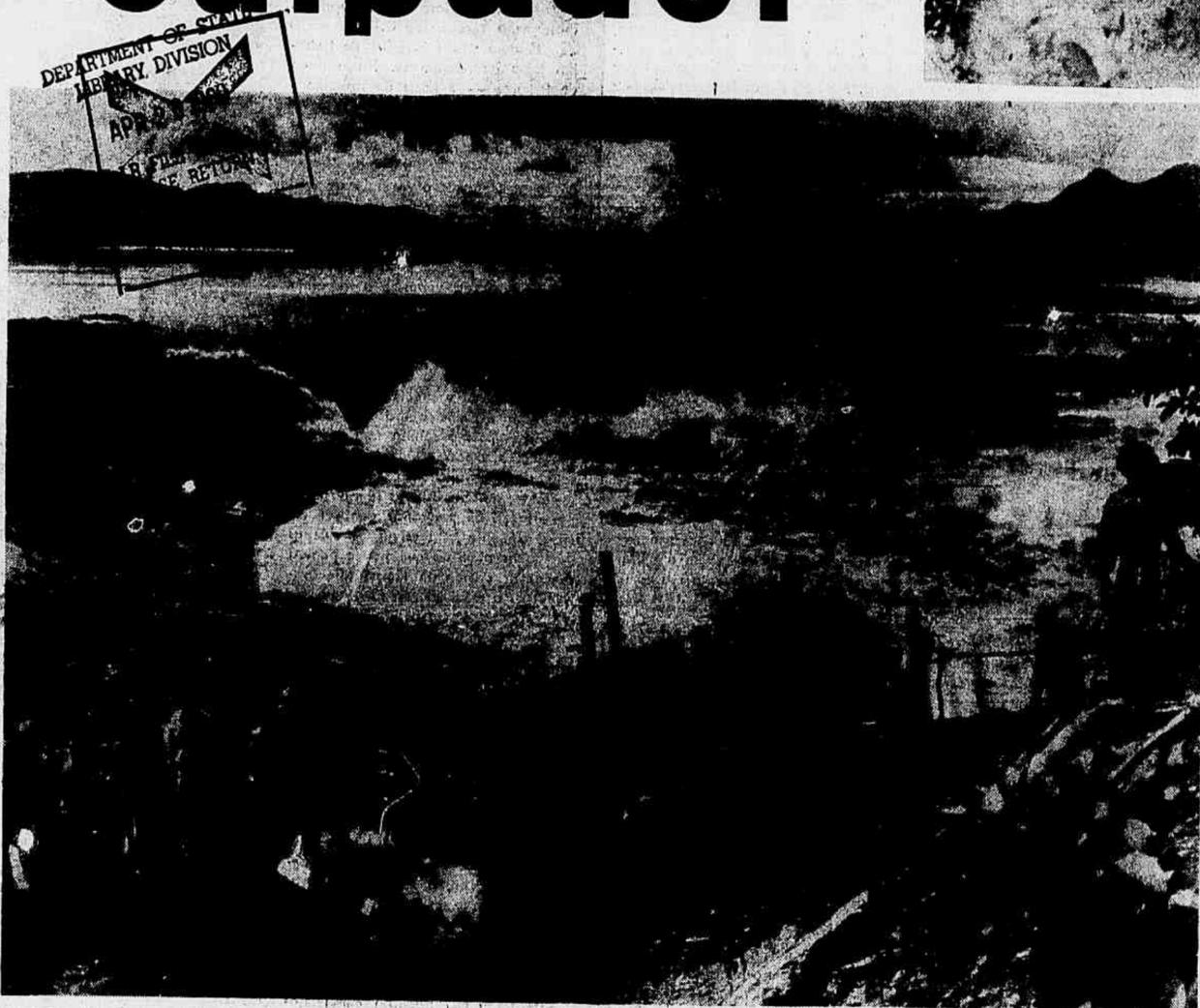
O AÇUDE inacabado sofreu a ameaça das águas enfurecidas. Tudo fazia crer que Orós ia desabar. Seria então o dilúvio no Vale do Jaguá, destruindo cidades, ceifando milhares de vidas. E, depois, do caos se começaria de novo a obra gigantesca, que encerra a esperança de vida melhor para toda uma região.

Mas, uma equipe destemida de engenheiros e trabalhadores soube enfrentar a luta contra a natureza, em defesa da obra do homem. Só uma parte do açude foi destruída. E o dilúvio não caiu sobre o Vale.

Entretanto, mesmo assim as águas inundaram cidades e as populações sofreram — e ainda sofrem — padecimentos sem conta. Mais de 100 mil pessoas estão desabrigadas, passam fome, sentem a ameaça de epidemias.

O jornalista Annibal Bonavides, correspondente de NOVOS RUMOS no Ceará, se dirigiu nos primeiros momentos para o palco da tragédia. E nos mandou uma impressionante reportagem, que publicamos na 8ª página, de tudo que presenciou. Nesse trabalho, também é feita uma análise da responsabilidade do governo pelo atraso na construção do açude.

As três fotos que aqui publicamos revelam aspectos da tragédia de Orós. Duas crianças, de uma família que abandonara Limoeiro do Norte e está desabrigada, esquentam comida numa lata de sardinha. Trabalhadores e engenheiros, sob o risco de serem tragados pelas águas caso o açude seja rompido, trabalham para salvá-lo no momento em que maior era o perigo. Uma família sertaneja segue estrada afora, em busca de um lugar que esteja a salvo das águas. (Outras fotos na página gráfica).



KRUSCHIOV  
NA FRANÇA  
Multidões aplaudem  
o chefe do Governo  
soviético

Texto na 7ª pág.

## TRABUCO É A LEI DE JÂNIO

NÃO é só quando se diz nacionalista que Jânio está mentindo. O amigo de Rockefeller mente também quando diz que é democrata. Os fatos, como sempre, não estão de acordo com Jânio. O que eles provam é o contrário: um dos primeiros atos do prefeito Jânio Quadros foi a demissão sumária de centenas de servidores públicos da capital paulista. Era o início de sua carreira de administrador. E um de seus últimos atos como governador foi a chacina de outubro de 1958, de que resultaram 6 mortos. Entre um crime e outro houve centenas de violências. (Reportagem na 3ª pág.)



Trabalhadores denunciam:

## Falta um Palácio em Brasília

Reportagem na 4ª pág. do 2º caderno

## Solidariedade

ORLANDO BOMFIM JR.

A TRAGÉDIA de Orós assumiu proporções de calamidade pública. E Orós é apenas o aspecto mais impressionante do quadro, porque na verdade o Nordeste todo está sendo assolado, com inúmeras cidades submersas e populações inteiras desabrigadas.

CREMOS não restar dúvida sobre a culpabilidade do governo pelo que ocorreu no imenso açude. Poderiam ter sido previstas chuvas tão intensas, as maiores jamais desabadas na região? Não é disso que se trata. Mesmo porque todos sabemos que o governo está desaparelhado até para prever, com antecedência de 24 horas, o tempo na Capital da República... Mas outros são os termos do problema. Neste período da administração do sr. Juscelino Kubitschek, Orós já deveria estar inteiramente concluído, com sua barragem atingindo 54 metros de altura e assegurada uma capacidade de retenção de 4 bilhões de metros cúbicos de água. Entretanto, o ímpeto dos 50 anos em 5 não funcionou no caso e a meta, embora não esquecida, ficou injustificavelmente relegada. A acumulação de 720 milhões de metros cúbicos de água foi o bastante para causar a tragédia.

OS JORNAIS do sr. Jânio Quadros, que se revelam insensíveis às permanentes aflições de nosso povo e se colocam em posição impatriótica frente aos problemas nacionais, estão procurando explorar a situação. Menos preocupados com as consequências da catástrofe e com os sofrimentos impostos a milhares de brasileiros, procuram pôr em relêvo a culpa do

governo. Querem capitalizar em seu benefício, como agiotes da desgraça alheia, a miséria dos flagelados. O jogo que fazem é simples: ante a previsão de naufrágio certo da candidatura do amigo de Rockefeller, tentam afogar nas águas do Jaguá a candidatura nacionalista do Marechal Lott. Mas a mágica ridícula e mal dissimulada não impressiona a ninguém.

A RESPONSABILIDADE do governo pelo retardamento na construção de Orós torna ainda maior a sua responsabilidade em adotar todas as medidas necessárias a que as vítimas recebam imediato e completo socorro. Não se admite o atraso de um minuto nem o esquecimento de uma providência. E o mesmo se exige em relação ao amparo a todos os atingidos pela calamidade das enchentes, porque esse é um dos deveres elementares do Estado. Por outro lado, nosso povo toma nota da promessa do sr. Juscelino Kubitschek de que Orós será concluído até novembro próximo. É uma dívida assumida não apenas com os nordestinos, mas com todos os brasileiros.

NÃO podemos, porém, limitar-nos, diante da tragédia, a uma atitude de análise crítica. Ela não provoca apenas a nossa indignação. Mas também toca, profundamente, em nosso sentimento de solidariedade humana. NOVOS RUMOS faz um apêlo a seus leitores para que se empenhem no esforço, já manifestado através de diversas iniciativas, de coleta e remessa de auxílios às vítimas das inundações. E de maneira particular nos dirigimos às organizações femininas, estudantis e operárias, que têm sabido procurar sempre um lugar de destaque para servir ao povo.



### Encontro de Bancários Das Américas

O deputado Salvador Losacco, (foto), vice-presidente da CONTEC, bateu um grande papo com os delegados dos países vizinhos que aqui estiveram para o Encontro Fraternal de Bancários das Américas. Os líderes Felipe Malaver Moreno (ao centro) secretário do Sindicato Único dos Bancários da Venezuela, e Aguilera (à direita) secretário-geral da Federação dos Bancários de Cuba, não perdem uma palavra do parlamentar paulista, que com eles saboreou um churrasquinho na Sede Campestre do Sindicato dos Bancários Cariocas. O Encontro Fraternal de Bancários das Américas que se realizou nesta Capital de 26 a 30 do

corrente, foi promovido pela CONTEC. Ao Encontro estiveram presentes os representantes de Cuba, Venezuela, Paraguai, Argentina e Chile, que estabeleceram novos laços de unidade na sua plataforma geral de reivindicações. (Foto Firme).

### 200 BANCARIOS, EM CONVENÇÃO NACIONAL, DECIDEM:

# Contrato Coletivo e Moralização do IAPB

Com a presença do representante do vice-presidente da República, sr. João Goulart, e de inúmeras outras personalidades foi solenemente encerrado, na noite do dia 28, na ABI, a I Convenção Nacional dos Bancários. Participaram do ato os delegados fraternais de Cuba, Paraguai, Argentina, Uruguai, Chile e Venezuela.

Os bancários, que iniciaram o seu conclave no dia 24 do corrente, reafirmaram o seu apoio às decisões da II Conferência Sindical Nacional, ratificaram a luta pela conquista do Contrato Coletivo de Trabalho já aprovado pela CONTEC, e adotaram inúmeras outras resoluções de interesse de todos os trabalhadores e da país.

#### Posição política

Após debaterem amplamente os problemas nacionais, os bancários resolveram perseguir, dentro do movimento sindical, na luta pela liberdade econômica e social do país. Nesse sentido aprovaram um plano de trabalho no qual salientam que os trabalhadores em estabelecimentos de crédito, através de seus organismos, devem procurar integrar-se cada vez mais no movimento sindical, mantendo atuação efetiva na luta pela liberdade econômica e social do país, a fim de que o referido movimento venha a ser a força que impulse e coordene a grande frente única democrática e progressista, que se está formando acima dos partidos políticos, ideologias e religiões.

#### Successão presidencial

A resolução salienta ainda que os bancários devem participar efetivamente no pleito eleitoral de 1960, pugnantemente em defesa dos pontos constantes de sua Declaração de Princípios, e constituindo fator eleitoral capaz de tornar viáveis as candidaturas que representem a garantia da democracia, do progresso da paz e do bem-estar para o povo brasileiro. Nesse sentido ficou

ainda decidido que as organizações dos bancários devem levar, sempre que oportuno, o seu apoio, ao Governo e ao Parlamento Nacional, às medidas em favor do desenvolvimento nacional, externando, por outro lado, sua repulsa aos atos governamentais ou de grupos financeiros, que visem a entorpecer a marcha do país para a sua emancipação.

#### Liberdade Sindical

Ao mesmo tempo que resolveram revigorar a campanha pela aprovação dos projetos de Lei Orgânica da Previdência Social e de Regulamentação do Direito de Greve, os convencionais bancários decidiram iniciar a luta pela atualização dos estatutos dos seus sindicatos, revendo os seus textos, e introduzindo-lhes as conquistas democráticas asseguradas na Constituição Federal, de modo a que as entidades sindicais venham realmente a desfrutar de autonomia.

#### Moralização do I.A.P.B.

Em sua última sessão os convencionais aprovaram o relatório apresentado pelos bancários que fazem parte do Conselho Fiscal do Instituto dos Bancários, denunciando mais uma vez a administração do sr. Sadok de Sá Motta, que à frente daquela autarquia tem realizado uma política de empreguismo e malversação do patrimônio dos bancários brasileiros.

### A LEI MANDA E ELAS QUEREM TRABALHAR SEIS HORAS

# "01" Não Vai Responder: Telefonistas Vão Parar!

Reportagem de ARMANDO FRUCTUOSO

A «cidade maravilhosa» está com um colorido diferente, um pouco mais sério. Milhares de garôtas da Cia. Telefônica Brasileira estão de luta desde segunda-feira última, protestando contra a medida ilegal da empresa, obrigando-as a trabalhar 8 horas por dia. As telefonistas, por determinação judicial, conquistaram o horário de seis horas, sem prejuízo dos salários. A atitude desrespeitosa da Light à decisão da Justiça poderá determinar uma greve-geral do pessoal da telefônica nesta Capital, em São Paulo, no Estado do Rio, e Espírito Santo.

Longa foi a luta das telefonistas pelo horário de 6 horas. Mas, em 1º de maio de 1943, sua reivindicação foi transformada em lei. A C.T.B., entretanto, regou-se a cumpri-la. As telefonistas, lideradas pelo seu sindicato, iniciaram então a campanha pelo cumprimento da lei que determina o horário de 6 horas de trabalho.

salvaguardar o seu direito. Tendo perdido na Primeira Instância, o Sindicato recorreu, e agora o Tribunal Superior do Trabalho acaba de julgar procedente a reclamação das telefonistas. Burlando a decisão judicial, a Light resolveu dar às mais novas de casa um horário de 7 horas e 20 minutos. A revolta foi geral.

#### Do luto à greve

Em 25 de Junho de 1958 (15 anos após a promulgação da Lei) o Sindicato das telefonistas, após longos anos de lutas, recorreu à Justiça do Ministério do Trabalho a fim de

Milhares de telefonistas, através de seus sindicatos no D.F., Est. do Rio, Espírito Santo e S. Paulo levantaram-se em luta. No D. F. deliberaram vestir luto em sinal de protesto contra o não cumprimento por parte da C. T. B. da decisão da Justiça e se estão preparando para recorrer à greve.

#### Trabalho ou castigo?

Quando uma ligação telefônica demora, resmungamos contra a Cia. Telefônica e as telefonistas. Em parte as queixas são justas — justas contra a C.T.B. que não cumpre suas obrigações contratuais. Mas não contra as telefonistas. Pouca gente conhece as duras condições de trabalho dessas moças e seus esforços para suprir as deficiências técnicas da C.T.B.

Existem vários horários de trabalho para as telefonistas. Há o turno de 9 horas — 8 horas de trabalho e uma de almoço ou janta. Mas a maioria tem um horário absurdo, desumano. Trabalham no turno de 12 horas — 8 horas de trabalho e 4 de almoço ou janta. Vejamos o exemplo de uma telefonista que morando no subúrbio (a maioria mora) pegue o serviço às 9 horas e largue às 21 horas. Quando fôr 12 horas largará para o «descanço» de 4 horas, voltando a trabalhar às 16 horas.

Se ela fôr almoçar no restaurante existente na empresa e gastar, digamos, uma hora, fica com 3 horas «livres». Aí surge o problema — o que fazer? Ir ao cinema todos os dias é impossível pois o salário não suporta. O remédio é passar pela cidade, passeio que se transforma num martírio — andar durante 3 horas sem ter nada para fazer. Se preferir ir almoçar em casa, aumenta os seus gastos com as passagens além do que pouco poderá descansar devido ao tempo que gastará com a condução na ida e na volta. De qualquer forma, as 4 horas de «descanço» se transformam em 4 horas de conselhos que, juntadas às 8 horas de trabalho com os telefones, deixam o organismo humano fatigado.

#### A C.T.B. burla a lei

O serviço exige atenção permanente, e trabalhar durante 8 horas por dia com os fones nos ouvidos é uma tortura que rebenta os nervos da telefonista, que a deixa neurastênica. Reconhecendo isto, a lei procura salvaguardar a saúde física e mental das que lidam com telefones. O artigo 227 da Consolidação das Leis do Trabalho fixa em 6 horas por dia ou 36 horas semanais a duração do expediente de quem trabalha em telefonia, telegrafia submarina ou subfluvial, radiotelegrafia ou rádio telegrafia. E assim mesmo não se trata de 6 horas cerridas, pois se tornam necessários pequenos intervalos de 10 a 15 minutos para descanso.



Nem sempre o luto é dor

Embora de luto essas belas telefonistas sorriem. Na verdade o seu luto não representa desespero nem dor, mas uma forma de protesto contra a decisão absurda da Light, que quer obrigá-las a trabalhar oito horas por dia, quando a lei manda que elas trabalhem apenas seis horas.

## Defende Teu Direito

### B. CALHEIROS BOMFIM

Retomo esta coluna ao ensejo da nova fase por que passa NOVOS RUMOS. Pretendo, também, introduzir uma modificação, fazendo publicar, alternadamente, comentários e resumos de decisões dos Tribunais trabalhistas, ficando os primeiros a cargo do advogado Everaldo Martins. Os extratos de julgados trabalhistas, que serão de minha responsabilidade, obedecerão, para sua seleção, elaboração e divulgação, ao critério de importância e atualidade. Advertir que publicaremos, também, vez por outra, jurisprudência favorável aos patrões, porque, se assim não fôr, estaremos informando mal, dando uma impressão falsa da orientação da Justiça do Trabalho e de como ela encara e resolve as garantias e direitos que a legislação outorga ao trabalhador.

**DESPEDIDA INJUSTA** — O ato da empresa, afastando o empregado do serviço, sem pagar-lhe os salários desse tempo, implica em suspensão do mesmo, por prazo indeterminado, e, pois, rescisão injusta do contrato, como é da jurisprudência, por equiparar-se à situação prevista no art. 474 da Consolidação. Ac. TRT, 1a. Região (Proc. 1.295/59), Relator: Juiz Geraldo Magela.

Por ter-se retirado uma única vez do serviço, foi o reclamante dispensado. Sem intenção de despeito, a leve falta cometida não enseja a dispensa do empregado sem as indenizações legais. Sem que se some a outras faltas, a de que é acusado o empregado não estaria, por si só, a merecer a pena máxima. Ac. TRT, 1a. Região (Proc. 1.271/59), Relator: Juiz Rodrigues Amorim.

**DESPEDIDA INDIRETA** — Pode o empregado ingressar em Juízo, com base no art. 483 da Consolidação, sem se afastar do emprego. A resolução do contrato pelo empregado, por motivo de inexecução falta das obrigações do empregador, não tendo sentido de penalidade disciplinar, não repele por sua natureza o pronunciamento prévio do Juiz. Se o pedido é julgado improcedente, o contrato subsiste, prossegue. Ac. TRT, 1a. Região (Proc. 1.529/59), Relator: Ministro Délio Maranhão.

**DISSÍDIO COLETIVO** — Sob a consideração de que o acórdão exequendo era omissa, a 1a. Turma negou aumento normativo aos empregados admitidos após a instauração do dissídio. Como bem salientou o Tribunal Regional, o empregado admitido posteriormente à instauração do dissídio coletivo, na mesma vigência, faz jus ao respectivo aumento, devido, porém, na mesma proporção que ao assegurado a empregado da mesma categoria e data-base, e nunca a deste superior; se o julgado exequendo também silenciou a respeito da data-base. Ac. TST — Pleno (Proc. 3.600/57), Relator: Ministro Antônio Carvalhal.

O aumento geral de salário por força de dissídio coletivo ou em consequência de acordo intersindical, só pode beneficiar o empregado cujo vínculo contratual esteja de pé à data fixada para a vigência do aumento. Ac. TRT, 1a. Região (Proc. 598/59), Relator: Juiz Jês de Paiva.

Face ao art. 766 da Consolidação das Leis do Trabalho, as condições estipuladas no dissídio devem ser de justo salário aos trabalhadores. Assim, na fixação deste, em dissídio coletivo, não é de se limitar o aumento aos dados relativos à data do ajustamento, cumprindo levar em conta, também, as alterações verificadas posteriormente. Do contrário a revisão salarial já iria encontrar os beneficiários em situação aquém do nível ideal a que visou encontrar. Ac. TST — Pleno (Proc. 37/59), Relator: Ministro Starling Soares.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### III CONVENÇÃO DOS TRABALHADORES NO DISTRITO FEDERAL

A Comissão Central Organizadora abaixo-assinada, convoca as entidades sindicais sediadas e com âmbito no Distrito Federal para participação na III Convenção dos Trabalhadores no Distrito Federal, que será realizada nos dias 6 a 11 de abril próximo, na sede do STI de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, sito à Rua Mariz e Barros n. 65 (Praça da Bandeira) com o seguinte

#### T E M A R I O

- A) As Organizações sindicais do Distrito Federal face à mudança da Capital da República;
  - B) 1 — Ação contra a Carestia de Vida
  - 2 — Defesa da Previdência Social
  - 3 — Direito de Greve
  - 4 — Justas Diretrizes e Bases para a Educação Nacional
  - 5 — Classificação de Cargos;
  - C) Congresso Nacional dos Trabalhadores, a realizar-se em julho de 1960;
  - D) Problemas Nacionais;
  - E) Criação de um Órgão Sindical do Distrito Federal e eleição de seus membros diretores.
- A Comissão Central Organizadora apresentará ao plenário um balanço da aplicação das Resoluções da II Convenção dos Trabalhadores no Distrito Federal.
- As proposições e os pedidos de inscrição deverão ser apresentados à Comissão Central Organizadora até os dias 5 e 6 de abril respectivamente.
- As Federações, os Sindicatos e as organizações de grupos profissionais sediados nesta cidade deverão participar da Convenção por seus diretores e associados eleitos em suas respectivas assembleias, sem limitação de número.
- A Comissão Central Organizadora está funcionando na Rua dos Andradas, n. 96 — 5º andar, telefones 23-0079 e 23-6201 para onde deverá ser endereçada toda a correspondência sobre a III CONVENÇÃO DOS TRABALHADORES NO DISTRITO FEDERAL.

#### PELA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA

Ary Campista — Giovanni Francisco Amadeo Ronita — Benedito Carqueira — Floriano da Silveira Maciel — Sebastião Luiz dos Santos — Rafael Martinelli — Antônio Perleza Filho — Olhon Canedo Lopes — Ernesto Fonseca — Mecando Rachid — Ruy Alves Guimarães — Epitácio Venâncio da Silva — Wilson Juvenal Reis — Geraldo Soares.

## Nota Sindical

## Unidade: um Problema Dos Cariocas

Diz-se que a união faz a força. E faz mesmo. Todo mundo sabe disso. O que nem todo o mundo sabe é como estabelecer a união. Os líderes sindicais cariocas, que não são filhos de outro planeta, também conhecem essa máxima popular, e sabem que ela é verdadeira. Tanto sabem que vivem dando tratos à bola, procurando um meio de manter unidas as suas entidades, de modo a que as mesmas possam coordenar e dirigir com êxito a luta dos trabalhadores cariocas pela conquista das suas reivindicações.

A opinião sobre o assunto já está mais ou menos formada, tanto assim que a criação de um órgão central dos trabalhadores cariocas, e eleição dos seus membros dirigentes é um dos pontos do temário da convenção sindical que se instala no próximo dia 6. Os líderes que atuam no comércio, na indústria, nos transportes, e nos demais ramos de atividade, procuraram resolver o problema da unidade criando o órgão central a que acima nos referimos, que naturalmente, será composto de representantes de trabalhadores de todas as categorias profissionais.

A oportunidade da medida é indiscutível. A III Convenção Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal deverá reafirmar velhas reivindicações, que até hoje não foram conquistadas, e incluir outras, em um novo programa, readaptado ao atual nível de consciência das massas trabalhadoras, e a própria etapa de desenvolvimento das forças democráticas e progressistas em sua luta pela emancipação do país.

As resoluções do conclave serão o resultado dos debates e da vontade dos representantes de todas as categorias profissionais dos trabalhadores do Distrito Federal. Elas encerrarão o que há de mais comum no desejo das massas laboriosas dessa quase velha-cap. Esse fato não só justifica, mas exige a existência de um órgão central representativo dos que participaram do conclave. Esse órgão continuará existindo, com a função de coordenar a luta comum pela conquista das reivindicações adotadas. Não basta reunirem-se os líderes sindicais, adotarem resoluções adotadas, e depois sair cada um para o seu lado, a lutar sozinho ou, simplesmente, a ficar esperando que os outros lutem. Resolução de todos — luta de todos para torná-la vitoriosa.

Esse princípio vem sendo adotado em vários lugares, e com os melhores resultados. O Dia da Omissão, Jornada de protesto contra a carestia e pela aprovação das leis de interesse dos trabalhadores, foi realizado com êxito em Minas Gerais, graças a um justo trabalho de coordenação promovido pelo Conselho Sindical do Estado. No Rio Grande do Sul, foi a Comissão Executiva do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, órgão intersindical permanente, quem promoveu, com o grupo da CAPFESP, as manifestações pacíficas contra quem promoveu, com o grupo da CAPFESP, as manifestações pacíficas contra a carestia, que teve o seu ponto alto na greve dos ferroviários e do pessoal da energia elétrica. O Conselho Sindical do Espírito Santo, unindo todos os trabalhadores, juntando-se a outras forças sociais, conseguiu fazer vitoriosa a luta de todo o povo capixaba pela rebaixa dos preços nas tarifas de luz e força. Esses e outros exemplos justificam plenamente a adoção

Nilson Azevedo

ALÉM DE ENTREGUISTA, INIMIGO DAS LIBERDADES

# Jânio só Governa Com o Trabuco

No discurso que fez em Macaé, ressaltando que se dirigia especialmente aos comunistas, Jânio Quadros mentiu pelo menos duas vezes: ao se proclamar nacionalista e ao afirmar que, durante o seu governo em São Paulo não praticou violências contra o povo nem contra os adversários políticos. A primeira grande mentira já foi por nós desfeita: respondendo a Jânio e ao «Diário de Notícias», NOVOS RUMOS em sua última edição apontou dezenas de fatos provando que Jânio é mesmo um entreguista. A segunda grande mentira é desmascarada nesta

reportagem. Baseando-nos apenas em fatos e datas, provamos que a passagem de Jânio pelo governo do São Paulo — como prefeito da capital e, depois, governador do Estado — foi um período de violências e crimes contra o povo, de atentados sucessivos às liberdades democráticas. A «vocação de ditador» que o governador Juraci Magalhães descobriu em Jânio Quadros não é somente uma vocação: é a dolorosa realidade dos anos de prepotência a que ele submeteu o povo paulista.

## Algoz do Funcionalismo

Um dos primeiros atos do prefeiteiro Jânio Quadros foi uma odiosa medida de violência: a demissão em massa de funcionários da Prefeitura de São Paulo, quase todos extranumerários. Com outro ato de violência e terror, contra o qual se ergueu indignado todo o povo brasileiro, despediu-se praticamente Jânio Quadros do governo de São Paulo: o massacre contra o povo que protestava contra o aumento das tarifas da CMTC. Do começo ao fim de sua administração, jamais soube o amigo de Rockefeller o que fosse governar sem o emprego constante das perseguições e das violências policiais. Foi o próprio Jânio Quadros, aliás, quem afirmou, em discurso feito na cidade de Bauru, em 10 de janeiro de 1959, ser indispensável, para administrar, «uma ditadura, um governo forte, duro».

dagem, 95% dos quais eram operários que trabalhavam no duro serviço das estradas. Com essas demissões Jânio pretendia lançar sobre os trabalhadores, aumentando a sua miséria, a responsabilidade pelos escândalos e negociações que se verificavam no DER, promovidos por grupos que o apoiavam. A medida foi ainda mais revoltante porque o demagogo da vassoura, no dia 1º de outubro de 1954, mandara uma mensagem aos trabalhadores do DER afirmando, textualmente: «Trabalhadores do DER: aos «PO» e a todos os trabalhadores a certeza de que o Porfírio e eu somente queremos ajudá-los. NINGUÉM SERÁ DESPEDIDO. Aqueles que não têm direitos, iremos conceder direitos. Abraços do Jânio Quadros»;

Já como prefeito, Jânio se notabilizou como um carrasco do funcionalismo público. Entrou para a Prefeitura demitindo milhares de extranumerários — geralmente homens pobres e com famílias numerosas. O episódio ocorrido com o campeão olímpico Ademir Ferreira da Silva — glória do esporte nacional — não foi ainda esquecido: Jânio moveu contra Ademir a mais mesquinha perseguição, não permitindo sequer que o atleta dispusesse de tempo para o seu indispensável treinamento.

— fevereiro de 1955: Jânio vota o projeto 426 da Assembléia Legislativa do Estado assegurando a efetivação dos extranumerários com cinco anos ou mais de serviços, prejudicando assim dezenas de milhares de servidores do Estado;

Como governador, manteve-se Jânio fiel à sua linha de opressão dos servidores públicos, demitindo-os, resistindo às suas legítimas reivindicações e até mesmo rebaixando vencimentos. Eis alguns fatos:

— em março de 1955 foram demitidos sumariamente 600 funcionários do Hospital das Clínicas, importando num corte de 25% do seu quadro de servidores e aumentando drasticamente as dificuldades daquela instituição em atender aos doentes;

— em fevereiro de 1955, demissão sumária de 6 mil extranumerários mensialistas e diaristas (trabalhadores braçais e técnicos) levando a que cerca de 30 mil pessoas se vissem, de um momento para outro, em situação de desespero provocada pela perda de emprego do chefe da família;

— em 22 de março de 1955, Jânio assinou o decreto 24.420 reduzindo ilegalmente em 30% os salários dos extranumerários diaristas e mensialistas que forem readmitidos, desrespeitando desse modo inclusive a legislação sobre o salário-mínimo;

— ainda em fevereiro de 1955, demissão de 4.500 servidores do Departamento de Estradas de Ro-

— em outubro de 1956, arbitrariamente Jânio demite o engº Car-

los Alberto Araújo e suspende os engenheiros Jétero Faria Cardoso e Waldo Silveira. O ato provocou indignação entre o funcionalismo. Em sinal de solidariedade, demitem-se o secretário da Viação, engº Nilde Ribeiro dos Santos, o diretor do DER, Renato de Sousa Nogueira e mais 60 diretores, subdiretores e chefes de seção;

— por perseguição política, Jânio demitiu o oficial do Exército Silvio Guimarães Padilha, diretor do Departamento de Esportes do Estado. Motivo: o funcionário era ademarista. Recorrendo ao Judiciário, o oficial foi reintegrado no ano passado, concluindo o Tribunal de São Paulo por ter havido no caso mera vingança política;

— em agosto de 1958, Jânio Quadros, agindo a serviço da firma Castro Ribeiro Agro-Industrial (CRAI), iniciou a perseguição mais mesquinha contra ilustres médicos paulistas, entre os quais os srs. Enéias Carvalho de Aguiar, da Superintendência do Hospital das Clínicas, Morato Proença, diretor do Departamento de Saúde, Benedito Paula Santos, diretor do Instituto de Tracoma e Orlando Vairo, diretor da Alimentação Pública, que foram afastados de seus cargos ou pediram demissão. A campanha de Jânio foi tão furiosa que levou uma de suas vítimas, o médico Enéias de Carvalho Aguiar, a cair fulminado por um colapso após ver e ouvir Jânio dirigir contra a sua pessoa, pela televisão, as mais torpes infâmias.

## Ou Crê ou Morre

O ódio de Jânio Quadros à cultura e à liberdade de manifestação do pensamento se revelou por completo nas atitudes verdadeiramente fascistas mantidas por Jânio, durante todo o seu governo, em relação aos professores da Universidade de São Paulo.

Já em 1956, em face de observações do professor Mário Schemberg — um dos mais renomados físicos de todo o mundo — acerca da difícil situação em que se achava o Departamento de Física da Faculdade de Filosofia (deficiência de material e pessoal), Jânio deu à publicidade um agressivo despacho, repelindo as observações do prof. Schemberg, nas quais via apenas «propósitos ocultos e até subversivos». Foi mais longe: aplicou drasticamente a «pena de advertência» ao prof. Omar Catunda, por ter este se solidarizado com as críticas do seu colega.

A solidariedade que encontrou entre professores e alunos levou o prof. Mário Schemberg a desistir da demissão que chegara a pedir.

Em dezembro de 1957, nova crise provocada pela prepotência de Jânio: em declarações à imprensa, o prof. Mário Schemberg fazia ver a necessidade de ser contratado para a Faculdade de Filosofia o cientista César Lattes. Jânio irrita-se com a «insolência» e exige da congregação que Schemberg seja punido. Há reação entre os professores. Constituiu-se uma comissão de catedráticos, presidida pelo diretor

### Estudos Sociais

Nº 7

Nas bancas e livrarias A partir da próxima Semana

Cr\$ 30,00

## Uma Espécie de Idade Média

Que depoimento mais insuspeito sobre Jânio Quadros poder-se-ia exigir do que o de seu próprio pai, o falecido deputado Gabriel Quadros? Eis o que disse o pai sobre o filho:

«O que acredito é que, elegendo-se Presidente da República, Jânio não titubeará em dissolver o Congresso Nacional, pois já revelou, com sobras, a sua vocação para caudilho. E será uma espécie de Idade Média Brasileira o panorama do país, uma vez elevado ao cargo máximo da nação» (Pág. 234 da biografia de Jânio Quadros, por Viriato de Castro).

As violências cometidas por Jânio contra o povo paulista dão razão a Gabriel Quadros. Vejamos alguns desses exemplos:

— fevereiro de 1955: proibição do Festival da Mocidade Sul-Americana;

— julho de 1955: Jânio expulsou de seu gabinete os dirigentes sindicais dos dozeiros, bradando histéricamente: «Não trato de nenhum assunto com grevistas».

— julho de 1955: defendendo interesses da Light, Jânio proibe uma conferência pública do engenheiro Catulo Branco sobre problemas de energia elétrica. Protestou a Assembléia Legislativa.

— julho de 1955: ocupação policial do Sindicato dos Portuários de Santos: Violências da polícia contra os trabalhadores. Em discurso na Câmara diz o deputado Cantídio Sampaio: «Não compreendo a recalcitrância patronal e a agressividade do governo do sr. Jânio Quadros»;

— julho de 1955: proibição do

VIII Congresso Nacional dos Estudantes Secundários. Moção de protesto da Assembléia Legislativa afirmando que «a proibição policial vem ferir fortemente os dispositivos da nossa Carta Magna»;

— dezembro de 1955: proibição da solenidade de posse da diretoria da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem;

— janeiro de 1956: brutais violências da polícia de Jânio contra os operários da usina de Cubatão, a serviço da Light e da firma americana Morrison-Knudsen;

— agosto de 1958: violento despejo contra famílias de lavradores do bairro de Cocaia, em Guarulhos;

— dezembro de 1958: tremendo aparato policial e violências contra o povo para garantir o aumento de mais de 50% nas tarifas da Sorocabana;

Despedindo-se dos Campos Elísios, Jânio Quadros fez questão de deixar o seu nome ligado a uma chacina cruel e monstruosa. Nos dias 30 e 31 de outubro de 1958, quando o povo paulista saía às ruas para protestar contra o aumento das tarifas da CMTC, Jânio mandou que sua polícia massacrasse impiedosamente as massas. Foi um crime que comoveu e indignou toda a nação. Eis o seu balanço trágico: 6 mortos, 22 feridos, 7 menores perdidos, espancamento de deputados estaduais. E, como se fosse pouco, Jânio ameaçou o povo: se saísse às ruas outra vez receberia novo banho de sangue.

Este é Jânio, o Irio massacrador do povo.

## O Circo Janista

A caravana de Jânio Quadros pelo interior de São Paulo teve um nome oficial: «Expressinho da Vitória». E outro nome, muito mais aproximado da verdade, dado pelos ferroviários paulistas: «bote sobre trilhos». O que se viu, de fato, pelas cidades paulistas foi uma requintada «boite»: 9 vagões de alto luxo, cheios de milionários e com uma ampla e graciosa representação feminina.

Em Presidente Prudente houve mesmo manifestações de desgosto por parte dos ferroviários. Os operários perguntavam, inclusive em boletins impressos: que faz toda essa gente? onde Jânio Quadros, que se diz pobre, arranja tanto dinheiro para essas bacanais?

De toda parte chegam notícias sobre as proezas do circo janista pelo Brasil afora.

De Campina Grande, por exemplo, um leitor informa que o comício de Jânio ali realizado foi um tremendo fracasso também para a candidatura de Leandro Maciel. Trata-se de que o «coronel Leandro» (como o chama Jânio, depreciativamente), pelos idos de 1930 foi chefe de um departamento federal naquele município. Teve ali a ideia de fazer uma subscrição pública e, com o dinheiro arrecadado, construir um cinema. Várias listas foram distribuídas e, dentro de alguns meses, a caixa da campanha já havia recolhido cerca de 90 contos de réis, o que não era pouco dinheiro para a época. Mas, envolvido no movimento de outubro de 1930 e tendo ficado contra o «governo revolucionário», Leandro teve de sair às pressas de Campina Grande. Foi tal a pressa que o coronel não teve tempo sequer de devolver os 90 contos.

Os habitantes de Campina Grande, gente de boa memória, não esqueceram a solicitude que o antigo pretenente à construção do cinema havia demonstrado pelo município, há 30 anos atrás. E resolveram perguntar ao governador de Jânio pelos 90 contos. Mas como Leandro não estivesse com a memória fresca e se embaraçasse muito na resposta, não convencendo a ninguém, os campinenses passaram a se manifestar de outra forma: recorreram à via. E o pobre do Leandro nem conseguiu terminar o seu discurso.

Curioso é que Jânio assistia a tudo impassível, como se nada tivesse a ver com os contos do Leandro, ou de outro vigário qualquer.

## Panorama

### Vai, Volta e Não Muda

A viagem de Jânio Quadros a Cuba, que se tornou um acontecimento de indiscutível significação política, põe em evidência um aspecto que precisa ser bem compreendido na orientação seguida pelo ex-governador paulista. Como em tudo o mais, seria erro formar uma opinião em torno da atitude de Jânio ficando apenas na aparência dos fatos.

Não é a primeira vez que Jânio coquetiza com os países que se libertaram ou estão se libertando da opressão imperialista. Chegou mesmo a visitar a União Soviética e fez declarações categóricas a favor do reconhecimento da China Popular. É claro que semelhantes posições, de apoio a reivindicações por que vêm há anos lutando as forças progressistas, têm um papel positivo. E tanto maior é a sua repercussão quando, de um lado, os círculos entreguistas no governo resistem encarniçadamente a essas exigências e, de outro lado, o candidato das forças nacionalistas à Presidência da República tem o seu calcanhar de Aquiles precisamente nas atitudes que vem assumindo em face dos problemas de política exterior.

Seria inteiramente falso, entretanto, partir daí para se situar as duas candidaturas à Presidência e permitir que surgisse a mais leve dúvida quanto ao caráter entreguista e reacionário da candidatura de Jânio Quadros. E isso não importa, nem de longe, em procurar absolver o marechal Teixeira Lott das posições preconceituosas e obscurantistas que tem manifestado em torno de questões internacionais.

Jânio Quadros não vacila em visitar a URSS, pedir o reconhecimento da China e solidarizar-se com Fidel Castro — mas qual a política que ele preconiza para o Brasil? Será por acaso uma política independente e progressista que reflete, mesmo superficialmente, a experiência histórica dos países livres ou em processo de libertação por ele visitados?

As atitudes, os compromissos e a base política em que Jânio se apóia indicam exatamente o contrário. Jânio não defende o desenvolvimento do Brasil de forma independente, mas advoga facilidades ainda maiores para a penetração do capital estrangeiro. Jânio não é partidário de um sistema cambial que favoreça o crescimento da indústria nacional, mas se pronuncia por uma reforma cambial completa — nos moldes do que exige o FMI — que carrearía os frutos do trabalho de nosso povo, em proporções ainda mais calamitosas, para os frustres imperialistas e os latifundiários, sobretudo do café. Jânio não admite que o Estado intervenha na esfera da economia, mas é um advogado confesso da «livre iniciativa», isto é, do esmagamento de qualquer iniciativa nacional pelos monopólios do imperialismo. Jânio assumiu o compromisso de acabar com a Petrobrás.

Porque essas são as linhas mestras de sua política e de sua candidatura é que se explica o fato de ser a sua base política constituída pelo que há de mais entreguista e reacionário na sociedade brasileira: de Eugênio Gudin ao «Estado de São Paulo», de Carlos Lacerda a «O Globo». E mais: de Nelson Rockefeller à «Hanson's Letters».

Pergunta-se: os compromissos programáticos de Jânio Quadros e o sistema de forças que o apóia sofreram alguma mudança substancial? Não houve e nem haverá semelhante mudança, apesar das crepescências que possam ser feitas a Jânio ou de eventuais defecções em suas desarticuladas fileiras. No fundo, o que Jânio faz é um jogo eleitoral — inteligente, pode ser, mas sem nenhuma margem de saída.

Almir Motos

## Fora de Rumo

Paulo Motta Lima



Os especialistas em finanças da campanha do sr. Jânio Quadros (sem nisque não há comício) reconheceram todos os garrafões e outros vasilhames disponíveis para a coleta de notinhas japonesas de um cruzado. Nesse magro trabalho de finanças há uma preocupação pública elevada: encontrar explicação para a fácil cobertura dos gastos do candidato. Mas o sr. Ademar de Barros mandou recolher os garrafões espalhados por São Paulo, com o conteúdo, naturalmente. Então desencadeou-se a chamada «guerra dos garrafões», muito menos patética, muito menos Guerra das Rosas.

mas dores de cabeça e trabalho inenxado aos exegetas do jânismo. Na comitiva seguiu o presidente da UNE, O sr. Armando Falcão, supervisionando a estúpidez policial, criou embaraços à concessão de passaporte ao universitário Conrado, Jânio, exultante, explorou o caso. Minutos antes da partida para Havana reuniu repórteres e fotógrafos e fez uma declaração heroica: «Sou o estudante Conrado não embarco».

Nem todo mundo, porém, dispõe de garrafões ou das boas amizades que sustentam o candidato da «Hanson's Latin American Letters». Assim, muitos convidados concordaram em acompanhar Jânio. Quem não deseja ver de perto o que se passa em Cuba? E quem não gostaria, principalmente, de testemunhar o comportamento do candidato comodante, entre touceiras de uma ressona, acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo?



Falcão e seu braço direito Soares, afinal, entregaram o passaporte ao estudante Conrado, que no aeroporto se apressou em exilar: «Não vou com o sr. Jânio Quadros para prestigiarlo. Minha candidatura é sumária e resolvida».

Contudo, o sr. Jânio Quadros, com ou sem garrafões, sempre encontra um jeito de viajar. Segunda-feira última, acompanhado de comitiva, embarcou no Galeão, rumo a Cuba.



ALELUIA COM O MINISTRO-JUDAS

# Onde Houver um Estudante Falcão Vai Ser Malhado

«Em todos os pontos do país onde houver um estudante, o judas-Falcão será malhado e queimado no sábado da Aleluia». Foi o que nos afirmou Paulo Totti, vice-presidente da UNE, quando procurado pela nossa reportagem para informar sobre os planos que se projetam entre os estudantes para dar continuidade à luta pela demissão do ministro-espantador. «Dessa maneira, prosseguiu, Falcão receberá simbolicamente a réplica dos açoitados que tão covardemente mandou desferir contra os estudantes cariocas e seus líderes mais conhecidos».

Como se sabe, o «Conselho de Sentença», responsável pela aplicação da pena imposta ao réu Armando Falcão, no julgamento realizado na sede da UNE, empolgado pelo ambiente reinante entre os presentes «exorbitou de suas funções». E o cadáver do indesejável homem público foi incinerado nos fundos do prédio daquela entidade. Portanto, no sábado da Aleluia dar-se-á apenas o cumprimento formal da pena.

ESQUIFE DIFÍCIL

Também em S. Paulo há muita animação em torno do prosseguimento

da campanha contra o Ministro. Disso falou-nos o presidente da UPES: «É bem verdade que foi duro encontrar um caixão de defunto para nele colocar o cadáver de Falcão. Apesar disso, os secundaristas de S. Paulo não desanimaram e depois de grandes buscas acabaram por encontrar pessoas dispostas a construir a esquite tão procurada. Portanto, logo após a realização do Conselho da UPES pretendemos realizar solenemente, na sede de nossa entidade, o velório paulista do famigerado ministro».

O presidente da UPES está de passagem pelo Rio, rumo ao Maranhão onde se realizará o Conselho Ordinário da UBES.

TAMBÉM A UBES

Essas e outras iniciativas, como, por exemplo, a assinatura de um grande memorial pedindo a demissão de Falcão, revelam que os estudantes continuam firmes na sua campanha.

Nesse sentido, de grande importância é o Conselho da UBES, instalado no dia 29 do corrente em S. Luiz do Maranhão.

Já de malas prontas para embarcar, Raimundo Nonato, presidente da

entidade, afirmou: «O Conselho da UBES tomará sérias medidas para acelerar a campanha pela derrubada de Falcão. E com isso os secundaristas brasileiros darão uma contribuição efetiva ao movimento iniciado com tanto êxito em todo o Brasil pelos universitários».

ALMOÇO de DESAGRAVO

Raimundo Eirado, ex-presidente da UNE, e o vereador José Freijó, estão organizando um grande almoço de desagravo a Manoel Conrado, presidente da UNE, uma das principais vítimas dos espancamentos que deram origem ao movimento estudantil contra Falcão. Participarão do almoço, estudantes, líderes sindicais e parlamentares. Manoel Conrado, que acaba de regressar de S. Paulo, foi carinhosamente recebido pelos meios estudantis cariocas.

## Resposta ao Leitor

Nova fase

Dos leitores Milton J. Fernandes (Juiz de Fora), dr. Plínio Mendes Martins (Governador Valadares), Belarmino Alves Marreiro (Manaus) e Bráulio Jesus (Aracaju), recebemos cartas de congratulações pela passagem do primeiro aniversário de NR e por sua nova fase, iniciada com o nº 54. Obrigado.

Ike e os barbudos

«Não faz muito tempo estiveram em nosso país aqueles legítimos heróis libertadores do povo cubano. Estes não pediram garantia de vida porque sabem que nós desejamos que o Brasil também se liberte do jugo imperialista», diz o leitor Joaquim Luiz dos Santos (St. André-SP), em artigo que nos enviou a propósito da visita de Eisenhower ao Brasil.

Brasília

«Gosto muito de ler NOVOS RUMOS. Quando não o estou lendo, estou orando a Deus pedindo proteção, é o que nos diz o leitor Joaquim B. Sobrinho (Fortaleza-GE). O seu pedido de reportagem sobre Brasília está sendo atendido desde o nº 54. Está satisfeito?»

Baía nacionalista

O leitor Manuel Urbano Pereira, do Sindicato da Construção Civil de Nova Iguaçu, nos enviou o seguinte baía de sua autoria:

«Brasileiro meu irmão  
Votar em Teixeira Lott  
Para nossa salvação  
Meu irmão

Votar em Teixeira Lott  
É dever do brasileiro  
Para nós se libertar do jugo do estrangeiro

Irmão

Brasileiro meu irmão...

Votar em Teixeira Lott  
Da frente nacionalista  
E uma espinha atravessada  
Na gula dos entreguistas

Irmão

Brasileiro meu irmão...

Vé lá imperialismo  
Volta logo ao teu chiqueiro  
Vai tirando o teu focinho  
Do Patrão brasileiro

Irmão

Brasileiro meu irmão...

Oh Brasil oh meu Brasil  
Meu gigante adormecido  
Levanta, ergue a cabeça  
Que agora é nacionalismo

Brasileiro meu irmão...

## Comunistas Cariocas Festejaram o Aniversário do P.C.B.

Os comunistas do Distrito Federal comemoraram festivamente o 38º aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil. No dia 25, com a presença de dois fundadores do Partido — Astrojildo Pereira e Hermogêneo Silva — houve um ato público no auditório da ABI, que ficou superlotado. Além de Astrojildo e Hermogêneo, participaram da mesa que presidiu a reunião: Luiz Carlos Prestes, deputado Fernando Santana (PTB), vereador Anibal Gouveia (PST), teatrólogo Oduvaldo Viana, cineasta Alex Viany, escritor Milton Pedrosa, advogado Vivaldo Vasconcelos, Mário Alves, Pedro

Motta Lima, Orestes Timbauba, Givaldo Siqueira, os dirigentes sindicais José Lelis da Costa, Hercules Correia dos Reis, Roberto Moreno, Aidê Almeida, Odílio Borges, Sôstenes Freire. Discursaram: Astrojildo Pereira, Givaldo Siqueira (pelos jovens comunistas), Pedro Motta Lima, Roberto Moreno, deputado Fernando Santana e Prestes. No final, houve números de canto pelos artistas Nora Nei e Jorgo Goulart.

Domingo (dia 27), cerca de duas mil pessoas se reuniram num pequenique em Muriqui. Foi uma festa de confraternização que durou o dia todo, com jogos esportivos, baile, quermesse

e outras diversões. O deputado Lycio Auer fez um discurso sobre a fundação do PCB. (Nas fotos, a mesa que presidiu a reunião na ABI, quando falava Prestes, e um aspecto da festa de Muriqui, no salão do Praia Clube).

## Carta do Sertão

Rio, vinte e seis de março  
Cumpade Zé Xaviê:  
Pidí muito pur vocês  
Ao santo do Canindé.

Meu padrinho Cicho Rumão  
Foi o divino engenheiro  
Qui vê lá da donde está  
Pru istado do Ceará  
Pra vencê os aquacêro

Passemo trinta e cinco ano  
Pidindo a Deus pra chová  
O santo qui manda chuva  
Num teve tempo de vê.  
Agora chegou a vez  
De oumeçá atendê.

Num sonho q'eu tive sabo  
Eu vi a situação:  
O povo do Jaguaribe  
Morrendo sem rimissão:  
Mas, sem dexá o seu rio...  
Como morre no navio  
Um honrado capitão!

Vem derna daqueles ano,  
Que viveu nossos avós,  
A construção infinita  
Da barrage de Orós

Porém no mês de dezemb.  
Presidente J.K.,  
Val dá Orós de presente  
As terra do Ceará.

No sonho eu vi padê Cicho,  
No açude de Orós,  
Num barco feito de luz  
Eu li juro pur Jlus:  
Iscutei a sua voz.

«Meus irmãos»: disse o vigaro,  
«Tô aqui pra li sarvá:  
Já mandei pará às chuva,  
Orós num vai arrombá.  
Vim tombém pra privini  
Ao povo do Ceará.»

«No dia três de outubro  
Percisa qui a nossa genti.  
Vote im Jango e Texeira Lote  
Pra sé nossos Presidente.  
Se isso não se firmá  
O Brasil vai s'acabá  
Sem precisá das inxent»

Foro essas às palav  
Do santo do Juazéro.  
Sodade de teu cumpade.  
Esco poeta vaquero.



## “São Paulo Está Com Lott”

«A democracia é artigo de primeira necessidade — como pão, roupa e casa — notadamente para os que trabalham», afirmou o marechal Teixeira Lott no discurso com que inaugurou a sede do Comitê Central de sua campanha em São Paulo, na última semana. O candidato nacionalista inaugurou também a sede do Comitê Metropolitan Interpartidário, que dirigirá a campanha eleitoral na capital paulista. A visita do candidato nacionalista a

São Paulo foi coroada do mais completo êxito. Tanto nos dois dias como a passeata que se realizou num percurso de dois quilômetros até à sede do Comitê Estadual, o marechal Lott foi aplaudido com enorme entusiasmo por milhares de pessoas, que exclamavam: «São Paulo está com Lott! São Paulo está com Lott!». No discurso que fez ao instalar o Comitê Estadual, o marechal Lott referiu-se à necessidade de ser preservada a democracia, depois

de lutar pela regulamentação do direito de greve e da previdência social, de fôdeu o desenvolvimento do Brasil de forma independente e a realização da reforma agrária e, finalmente, advogou a escola pública.

O candidato nacionalista encontra-se agora em excursão pelo norte do país, onde tem recebido grandes manifestações populares.

Na foto, aspecto da concentração popular na Capital paulista.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves  
Gerente — Guttemberg Cavalcanti  
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.  
Secretário — Fragman Borges

REDATORES

Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7314  
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Annual ..... Cr\$ 250,00  
Semestral ..... » 130,00  
Trimestral ..... » 70,00

Avanço anual, mais Cr\$ 100,00;  
semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.

Exemplar avulso ..... Cr\$ 5,00  
Número atrasado ..... » 8,00



# Meninazinha Triste

Vejo em «Última Hora» o retrato da meninazinha chamada Suelli; menininha, dois grandes olhos tristes, cabelos para trás deixando patente uma larga fronte. Lembra a gente velhin de minha terra dizendo: «criança de testa grande é sinal de inteligência. Será, não será? O que importa? Suelli é uma criança tão sofrida que talvez não lhe tenha sido dado, até hoje, o direito de ser inteligente. Conta o repórter: a mãe morreu quando Suelli nasceu; o pai é débil mental e alcoólatra. Abandonada foi cair nas mãos da avó, uma bêbada contumaz que bate muito em Suelli, que trata a criança aos pontapés. Uma vizinha cansou de ver Suelli sofrer, de ouvir seu choro dias e noites, tantos os seus tratamentos diários sofridos, de ouvir seu choro eu à Polícia e — tudo isso foi contado pelo mencionado jornal — Suelli foi encontrada apanhando, agarrada pelos cabelos; retiraram-na da casa da megera, esperando agora que o Juizado de Menores lhe dê um destino.

Pobre Suelli com seis pequeninos anos de vida; pequeninos e tão sofridos. O Juizado vai, naturalmente mandá-la para o SAM. E a pobre menina crescerá num meio nefasto à criança; vai continuar seu grande sofrimento. Sai das mãos da família-monstro, para ser enviada a uma colônia de mendicantes. Uma policial, — conta o jornal, — resolveu ficar com Suelli até que ela tenha outro destino. O triste destino que lhe vai dar o Juizado de Menores.

Nesse momento é que penso no que poderia fazer se tivesse dinheiro, se minha vida não fosse, como é, tão cheia de trabalho, tão curtidela na luta cotidiana. Porque Suelli precisa de família, Suelli precisa de carinho e não vai encontrá-lo no SAM, não vai tê-lo nunca ali.

Considero as instituições espíritas desta cidade pré-infância abandonada e desvalida, as melhores que existem. Durante cinco anos visitá-las todas e afirmo, sem medo de errar, que são os espíritas os melhores educadores, os maiores amigos das crianças sem família e sem carinho. Para essas instituições apelo sempre que aparece um caso como esse, de Suelli. Não dá-ei nomes, mas gostaria muito que uma instituição espírita tomasse conta da menina. Nelas vi como crescem os pequeninos, como são amados, como encontram famílias, vovô aqui, mamãe ali, numa alegria que chega a comover.

O Juizado de Menores que todos os anos exhibe força e prepotência nos desfiles das Escolas de Samba, arrancando crianças que destilam em companhia de suas mães e pais, devia primeiramente reformar o SAM, (por mim, eu o acubaria) organizar (chamie os espíritas, seu Juiz) verdadeiras instituições pré-infância, porque criança não quer apenas brincar ou estudar, ela quer e precisa de carinho, de ternura, de mãos agradando cabelos, de gestos de ternura, de palavrinhos de afeto.

O Juizado de Menores deve terminar com suas dramáticas incursões punitivas nas escolas de samba e olhar com muito cuidado e dignidade para os milhões de Suelli que existem nesta cidade.

Deixo um apelo aos habitantes daqui: denunciem sempre os algozes das crianças; apontem com o dedo todos aqueles que fizerem desgraçado um pequenino. Denunciar é feio, mas quando se trata de uma criança a própria denúncia deixa de ser um ato ignóbil para ser um ato digno. Salvemos as crianças.



## A geografia do grande Nordeste

Eucledes da Cunha nas páginas inesquecíveis que escreveu sobre a Amazônia e «os esboços deslumbrados», que a viram no século passado e a revelaram ao mundo civilizado em trabalhos que a ciência recolheu como contribuições de sugestiva importância para as ciências naturais, a etnologia, etc.

É certo que Bates confessa, por vezes, a sua decepção e Wallace falou no pavor que sentiu pouco depois de chegar àquela região de encantamentos. O próprio escritor brasileiro começou a sua «terra sem história» falando no desapontamento que o assaltou ao ver pela primeira vez o estuário do rio Amazonas. Mas nem os homens de ciência estrangeiros nem os autores brasileiros que a conheceram há um século ou mais, ou na atual centúria, puderam resistir-lhe à sedução telúrica.

Hart, um daqueles cientistas alienígenas que se deixaram empolgar pelas belezas amazônicas, tentou dominar a sua emoção dizendo não ser «poeta»:

— I am not poet!  
Mas não o conseguiu de todo e a sua pena, vez por outra, se arrebatava, levada pela fantasia-ambiente.

Um dos onze especialistas que fizeram as dezesseis monografias que compõem o primeiro volume da «Geografia do Brasil» (IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1959), estudando a grande região Norte do Brasil, sob todos os pontos de vista, fisiográficos, econômicos, etc., alude à ambiência misteriosa e lendária que perdura até os dias atuais na Amazônia.

O volume revela uma quantidade de conhecimentos que bem demonstra o esforço desenvolvido pelo brasileiro para conhecer a sua própria terra.

Quantas lendas e quantos mistérios vão desaparecendo...

M.C.F.

## Notas Sobre Livros

A passagem do 38.º aniversário da fundação do P.C.B. ofereceu-nos o ensejo de divulgar algumas informações sobre a revista Movimento Comunista, que foi, como se sabe, o primeiro periódico comunista publicado no Brasil. Sua coleção de 24 números, publicados de janeiro de 1922 a junho de 1923, é hoje raridade bibliográfica, em mãos de bem poucas colecionadoras.

Movimento Comunista desempenhou importante papel na formação do Partido. Em suas páginas apareceram editoriais transmitindo diretrizes políticas, debatendo os problemas sindicais, estimulando as lutas de classe, orientando os comunistas sobre questões internas de organização, propaganda, etc. Nos editoriais como nos artigos dos seus colaboradores brasileiros, predominava o caráter polémico, jornalístico, em função sobretudo da luta ideológica de combate ao anarco-sindicalismo.

As páginas consagradas ao debate de certos problemas teóricos — por exemplo, sobre a candente questão da ditadura do proletariado — eram traduzidas de autores estrangeiros, nomes dos mais autorizados do movimento comunista mundial. O movimento operário brasileiro não possuía nenhuma tradição marxista, razão principal das insuficiências teóricas da direção do Partido; mas a redação da revista, ao selecionar e divulgar certos materiais de conteúdo teórico, fazia-o com espírito crítico, tendo sempre em vista os objetivos imediatos da luta ideológica em que se empenhava.

A maior parte da revista era ocupada por artigos, documentos e informações sobre a atividade da III Internacional e dos partidos a ela filiados, particularmente o Partido soviético. Exemplo, os debates do IV Congresso da I. C., reunido em fins de 1922, e do qual participou um delegado do Partido brasileiro, Antonio Canelas; a partir de janeiro de 1923, Movimento Comunista divulgou em números sucessivos um extenso resumo dos debates do Congresso, e bem assim os principais documentos aprovados pelo mesmo. Não é demais enaltecer o que isto significava para o movimento operário brasileiro de então.

Outro ponto não menos significativo do trabalho realizado pela revista é o que se refere à luta contra o perigo de novas guerras. E aqui devemos salientar as denúncias, que a revista veiculou, de certas intrigas belicistas entre a Argentina e o Brasil, tramadas por agentes imperialistas e vendedores de armamentos da França e dos Estados Unidos.

Ainda a crédito do órgão do Partido brasileiro devemos mencionar a sua firme posição de combate ao fascismo italiano, que assaltara o Poder em fins de outubro de 1922. Para esclarecer a opinião pública em nosso País, já em janeiro seguinte Movimento Comunista estampava um artigo do deputado Umberto Terracini, um dos fundadores do Partido italiano, exilado político durante muitos anos e que regressaria à Itália eleito senador, após a liquidação do fascismo. Outros artigos informativos sobre a situação italiana foram publicados em números sucessivos da revista, inclusive as moções antifascistas aprovadas nos comícios de 1.º de Maio de 1923, realizados em várias cidades brasileiras. Movimento Comunista soube refletir em suas páginas os sentimentos democráticos e pacifistas do nosso povo, e sua posição radical contra o banditismo fascista era uma demonstração de que a classe operária brasileira e seu Partido compreenderam claramente, desde o primeiro momento, o que representava o fascismo, instrumento da reação e do imperialismo, base política e ideológica de preparação da segunda guerra mundial.

Movimento Comunista era uma publicação modesta, deficiente, de alcance forçosamente muito limitado. Não estou querendo exagerar nem embelezar o seu papel; mas é claro que este papel só pode ser devidamente avaliado e compreendido levando-se em conta as condições existentes no Brasil ao tempo em que se fundou o Partido e em que se publicou a revista. O que é certo é que durante ano e meio, honestamente e como pôde, ela buscou servir à classe operária e à causa do socialismo em nossa terra.

Lembrarei, por fim, que mesmo em certos círculos intelectuais a nossa revista era lida com atenção e simpatia. Temos prova disso na carta que o Professor Castro Rebelo dirigiu a Max Fleissas, em 26 de abril de 1923, acusando o recebimento do seu livro — História Administrativa do Brasil, carta essa que vem reproduzida na 2a. edição do livro e na qual o interessado cita Movimento Comunista, com referências elogiosas a um pequeno estudo estampado em suas páginas sobre a dinâmica da população brasileira de 1822 a 1922.



# 11.º Congresso Internacional de Ciências Históricas

Reunir-se-á em Estocolmo, de 21 a 28 de agosto do corrente ano, o 11.º Congresso Internacional de Ciências Históricas, sob o alto patrocínio de S. M. o Rei da Suécia.

Como as anteriores, esse encontro de historiadores de várias dezenas de países é promovido pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas, ao qual está filiada a Comissão Nacional de História (do Brasil).

A lista de relatórios e comunicações do 11.º Congresso está dividida em sete partes: Metodologia; Antiguidade; Idade Média; História Moderna; História Contemporânea; Colóquio sobre a História das Universidades; Colóquio sobre a História dos preços.

Entre os relatórios, em número de trinta e dois, podem-se destacar o do Dr. E. Rothacker, de Heidelberg, acerca do efeito da filosofia da História sobre as novas ciências históricas; a história da maneira de escrever a história (história da historiografia) do prof. H. Butterfield, de Cambridge; a história da ciência e da tecnologia, do prof. A. J. Forber, de Amsterdam; a periodização da história mundial, do prof. E. M. Zhukor, de Moscou; a significação histórica da concepção germânica de monarquia e nobreza, do dr. K. Hauck, de Münster; os problemas das instituições da cristandade medieval, do prof. G. Le Bras, da Santa Fé; a estrutura administrativa estatal nos séculos XVI e XVII, do Prof. V. Vives, de Barcelona; a questão da transição do feudalismo ao capitalismo na Europa Central (16.º ao 18.º séculos), dos Profs. Klima e Macurek, de Praga; os problemas da emigração nos séculos XIX e XX; a social-democracia alemã e a primeira guerra mundial, do prof. H. Haag, de Louvain; a história das empresas no século XIX, de M. Girard, de Paris; a história das universidades na Idade Média e na Renascença no curso dos últimos vinte e cinco anos, de S. Stelling, Michaud, de Genebra; a história dos preços antes de 1750, de Earl J. Hamilton, de Chicago.

O número de comunicações já atinge a cento e trinta e duas.

Para que o leitor possa fazer uma idéia da importância e diversidade dos assuntos abordados nesses trabalhos já apresentados ao Escritório do C.I.C.H., mencionaremos algumas: O efeito da filosofia da história de Hegel sobre a historiografia marxista, de E. Molnar, da Hungria; Acontecimentos históricos funestos e sua influência no processo de desenvolvimento da historiografia, de V. Novak, Iugo-Eslávia; Problemas e métodos de uma história da psico-

logia coletiva, de A. Dupant, França; A importância das discussões acerca do método experimental no século XVII sobre a resolução científica, de A. C. Crombie, Grã-Bretanha; Algumas notas metodológicas a propósito do problema da periodização da história universal, de M. Husa, Tcheco-Eslóvaquia; A significação dos escravos na passagem da antiguidade à Idade Média Ocidental, de Fr. Vittinghoff, Alemanha; Arqueologia e história na antiga Palestina, de W. A. Albright, dos Estados Unidos; Novas fases da civilização chinesa na era Sung, de Ichisada Miyazahi, Japão; características da transição do feudalismo ao capitalismo no

Japão, de Kiyoshi Inoue, Japão; O direito feudal e seu vocabulário, de S. F. Niermeyer, Holanda; O estado e administração das comunidades indígenas no Império espanhol da América, de C. Verlindem, da Bélgica; Da questão da interpretação comparativa histórica de gênese do capitalismo na Europa ocidental e oriental, de V. A. Golouboutsky, da União Soviética.

ração de Pernambuco e à fundação da capital paulista, a Comissão Nacional de História tem levado uma vida precária, do que é prova o fato de não poder participar do encontro que se efetuará na Suécia este ano. Não lhe foi possível, por causa dos entraves burocráticos, nem mesmo receber a subvenção que lhe concedeu o Congresso Nacional em 1958.

Nenhum dos relatórios ou comunicações foi mandado do Brasil.

Fundada há poucos anos, por sugestão dos Congressos realizados em Recife e São Paulo, respectivamente, em comemoração à restauração de Pernambuco e à fundação da capital paulista, a Comissão Nacional de História tem levado uma vida precária, do que é prova o fato de não poder participar do encontro que se efetuará na Suécia este ano. Não lhe foi possível, por causa dos entraves burocráticos, nem mesmo receber a subvenção que lhe concedeu o Congresso Nacional em 1958.

Deve, porém, a C.N.H. voltar à carga, tornar à atividade a fim de que o Brasil possa representar-se nos seguintes Congressos Internacionais de Ciências Históricas, a partir do décimo segundo, que pode vir a realizar-se no continente americano. M. C. F.



## O humanista Schiller

Por ocasião das comemorações do 200.º aniversário do nascimento de Frederico Schiller, o grande escritor e poeta alemão, em novembro de 1959, numerosas exposições foram realizadas na República Democrática Alemã, assim como manifestações culturais. Documentos, fotografias, gravuras e óleos retratando os grandes momentos da vida do autor que inspirou a Beethoven, foram apresentados pela primeira vez ao público. Entre eles, a pintura de Kar Heidehoff (foto ao alto) figurando a cena em que Schiller lia para seus colegas de escola, em Karlschule, o manuscrito de «O saltador» escrito por ele, às escondidas dos vigilantes, no Colégio Herzog. Entre os documentos apresentados nas mostras comemorativas a o nascimento do grande humanista alemão, o foi o original de uma lei aprovada pela Assembleia Nacional Francesa, em 26 de agosto de 1792, sancionada por Danton, que concedia a Schiller os direitos de cidadão francês. O documento só chegou às mãos do poeta em 1798, pois fora enviado para endereço errado.

avons signé ces présentes, auxquelles nous avons fait apposer le sceau de l'Etat. A Paris, le dixième jour du mois de septembre mil sept cent quatre-vingt-douze, l'an quatrième de la liberté.

Signé CLAVIERE. Contresigné DANTON. Et scellées du sceau de l'Etat.

Certifié conforme à l'original



*Danton*

A PARIS,

DE L'IMPRIMERIE NATIONALE EXECUTIVE DU LOUVRE.

M. DCC. XCII.

nationale va fixer les destinées de la France & préparer peut être celle du genre humain, il appartient à un peuple généreux & libre. d'appeler toutes les lumières & de défendre le droit de concourir à ce grand acte de nation, & de hommes qui par leurs talents, leurs écrits & leur courage s'en font monstres si éminemment dignes.

Je déclare défendre le titre de citoyen François au docteur Joseph Priestley, à Thomas Payne, à Jérémie Bentham, à William Wilberforce, à Thomas Clarkson, à Jacques Mackintosh, à David Williams, à N. Corani, à Anacharsis Cloots, à Cornelle Pauw, à Joachim-Henry Campe, à N. Pefalozzi, à Georges Washington, à Jean Hamilton, à N. Maddison, à H. Klunbeck... & à Thadée Rafinesco.

Du même jour.

UN membre demande que le fleur Gille, publiciste Allemand, soit compris dans la liste de ceux à qui l'Assemblée vient d'accorder le titre de citoyens François, cette demande est adoptée.

AU NOM DE LA NATION, le Conseil exécutif provisoire mande & ordonne à tous les Corps administratifs & Tribunaux, que les présentes ils fassent consigner dans leurs registres, lire, publier & afficher dans leurs départements & ressorts respectifs, & exécuter comme loi. En foi de quoi nous

# BRASILIA ANO I

## A Terra é Pobre Mas Adubando Dá

Texto e fotos de JOSUÉ ALMEIDA  
(4ª de uma série de reportagens)

Afinal, prestam ou não as terras em Brasília? Frequentemente, esta indagação é feita e respondida, ora com um total negativismo, ora com uma euforia que também não corresponde à realidade. De fato, as terras onde se localiza o novo Distrito Federal não primam pela fertilidade. Definiram-se com propriedade o arrendatário de uma das granjas distribuídas pela Novacap: — Primeiro, é preciso produzir a terra; depois, então fazê-la produzir.

Num país onde vastas extensões de solos férteis permanecem sem cultivo, a pobreza da terra em Brasília justifica acerbas críticas. Por outro lado, porém, com os recursos da moderna técnica agrícola, com a produção de adubos sintéticos, o problema pode apresentar-se com feição inteiramente nova. Esta última esperança é que alento os que lamuram em arrendamento terras em Brasília.

### Terra pobre

O novo DF, em cujo centro se encontra Brasília, é um retângulo de seis mil quilômetros quadrados, mais de quatro vezes maior que o atual Distrito Federal. (Os «latacamentos em Brasília», de que estão cheios os jornais, ficam a pelo menos 25 quilômetros de distância da cidade...)

De jipe, percorremos os arredores de Brasília, que são cortados por excelentes estradas pavimentadas. Por lá-da parte, vêm-se suaves colinas e vales, por onde corre uma infinidade de pequenos cursos d'água. Mesmo no período chamado de inverno — de abril a outubro —, quando não chove na Planalto Central e o ar seco escizenta a vegetação, mesmo nessa época os riachos não param de correr.

A vegetação oferece flagrante contraste. Nas encostas e no topo das colinas é de um verde claro, composta de relvas e grama, escassas árvores de porte médio e pequena e aspecto enfezado. São os cerrados. Nos vales, po-

rém, marginando-os, erguem-se nesgas de floresta amazônica, as chamadas matas ciliares. Mantêm-se rigorosamente adstritas à proximidade dos riachos e córregos.

Casas de cupim, em grande quantidade, completam o quadro, atestando a pobreza da terra, apesar da enganadora cor vermelha.

### Terra nacionalizada

Para a edificação de Brasília, o governo federal assinou com o Estado de Goiás um convênio pelo qual foram pagos àquela unidade da Federação 140 milhões de cruzeiros, a fim de desapropriar as terras do novo DF, passando-as para a propriedade da União. As primeiras compras foram fáceis: o Estado pagava cerca de 170 cruzeiros por hectare (ou 800 cruzeiros por alqueire goiano). Posteriormente, porém, vendo que suas terras iriam valorizar-se, os latifundiários passaram a elevar os preços e hoje pedem de dez a quinze vezes mais pela terra que jamais utilizaram! Abuso de propriedade não será uma expressão fraca para caracterizar esse escandaloso fato?

O governo, porém, dobrou-se diante dos proprietários de terras e o resultado é o seguinte: dos 580 mil hectares que compõem o novo DF, apenas um terço está desapropriado, outro tanto ainda em litígio, na justiça e o terço restante continua com os seus antigos donos, tal como antes, à espera de maior valorização... Também para os latifundiários do Planalto Central, a construção de Brasília foi um menu do céu.

Sucede que, por lei, as terras do novo DF — exceto as da cidade, propriamente, que estão sendo vendidas em lotes a particulares — deverão ser nacionalizadas. Esta seria, sem dúvida, uma medida progressista se o Estado não transferisse somas tão elevadas de fundos públicos para os latifundiários, em vez de procurar outra solução mais

favorável aos interesses da Nação. Com a nacionalização, deixa a terra de ser mercadoria, e para explorá-la não é preciso inverter capital na sua compra; as inversões são necessárias apenas para tornar a terra mais produtiva, através de benfeitorias, do aumento da fertilidade do solo, etc.

### Arrendamentos

A política de terras estabelecida para Brasília prevê a repartição dos 560 mil hectares da zona rural do novo DF — uma vez tornado propriedade da União — em granjas de dimensões variáveis entre 5 e 50 hectares para a agricultura, chegando até 100 hectares, quando se destinarem à pecuária. As granjas são arrendadas por um prazo de 30 anos, renovável por período igual. O arrendatário, entre outras condições, compromete-se com a Novacap a produzir na granja aquilo a que se propôs, a residir na granja e a não loteá-la (já que vendê-la lhe é vedado, por ser propriedade pública). O arrendamento, bastante módico, oscila entre cinco e dez por cento do valor da área cedida, por ano. Essas medidas objetivam não apenas criar no novo DF uma base própria de abastecimento, como evitar a especulação imobiliária.

Prevê a Novacap a demarcação de oito a dez mil granjas, das quais umas seiscentas deverão estar distribuídas até o dia 21 do corrente, data da inauguração.



Por trás da Cidade Livre, próximo ao riacho Fundo, estendem-se as plantações de hortaliças que colonos japoneses estão produzindo. Além de repolho (foto) e tomates, plantam cenoura, nabo, chuchu, etc. As culturas são bonitas, mas a terra é adubada, como nas outras granjas que visitamos em Brasília.

## Palavras Cruzadas

F. Lemos

### Problema Nº 4

**HORIZONTAIS:** 1 — Fruto da videira (plural). 4 — Rio da União Soviética. 8 — Balcão onde se servem bebidas. 10 — Íntimo. 11 — Esquadrão. 12 — Genitor. 14 — Estado Americano (abrev.). 15 — Prover no necessário. 16 — Prefixo que exprime idéia de posição interior. 17 — Grande embarcação. 18 — Passar ou transitar de um lugar para outro. 19 — Registro de sessão de corporação. 21 — Repetição de um som. 22 — Que não está molhada. 23 — De cada dia; diário.

**VERTICAIS:** 1 — Cidade de Minas Gerais. 2 — Grande vale ao longo dos rios. 3 — Atmosfera. 5 — Achei graça. 6 — Uma das cinco partes do mundo. 7 — Apologia. 9 — Par. 12 — Deus dos caçadores. 13 — Cidade do Rio Grande

do Sul. 16 — Do verbo «IR». 18 — A — Relação; lista. 20 — Antes de Cristo (abrev.). 21 — Interjeição.

1	2	3	4	5	6	7
8			9	10		
11		12		13		14
	15					
16		17			18	18A
19	20			21		
22			23			

### RESPOSTA DO PROBLEMA Nº 4

**HORIZONTAIS:** 1 — Uvas; 4 — Ural; 8 — Bar; 10 — Imo; 11 — Az; 12 — Pai; 14 — EA; 15 — Abastar; 16 — In; 17 — Nau; 18 — Ir; 19 — Ata; 21 — Eco; 22 — Seta; 23 — Dial. **VERTICAIS:** 1 — Ubá; 2 — Vazante; 3 — Ar; 5 — Ri; 6 — América; 7 — Lã; 9 — Casal; 12 — Pan; 13 — Itu; 16 — Ias; 18-A — Rói; 20 — AC; 21 — El.

### Quem recebe as granjas?

Além das mencionadas, há outras exigências estabelecidas pela Novacap para a cessão de granjas. São, por exemplo, a exigência da apresentação por parte do pretendente, de cartas de um banco e de três firmas comerciais, atestando a idoneidade do candidato. Ora, isto praticamente coloca a terra fora do alcance dos pequenos lavradores e totalmente inacessível aos camponeses sem terra.

De resto, mesmo depois de cumpridas todas estas exigências — e doze mil pessoas já o fizeram, estando hoje em dia na «fila da granja» em Brasília —, é ao sr. Israel Pinheiro que cabe discricionariamente distribuir as terras. No fundo, o que vale mesmo é o pistalo, o conhecimento, a influência. Tem sido assim e será uma imortalidade ainda maior se o Congresso concordar em que continue a sê-lo.

Como vemos, o que poderia ser uma

### Terras adubadas

medida progressista, deixa a porta aberta para o surgimento de monopólios capitalistas no abastecimento de Brasília, pois um mesmo grupo poderá controlar muitas granjas, através de listas-de-ferro empistoladas tal como ocorre aqui na rua Acre, ou no velho Mercado Municipal...

Funcionários do Departamento de agricultura da Novacap disseram-me que nunca, nos dois últimos anos, o sr. Israel Pinheiro pisou na sua repartição. E como é ele quem decide tudo em Brasília, as coisas aí vão particularmente mal. Poucas foram as granjas já distribuídas e ainda menor é o número das que já estão produzindo. As quatro granjas-modelo da Novacap, que absorveram inversões da ordem de cen-

tenas de milhões de cruzeiros, ainda não justificaram o dinheiro gasto; apenas uma delas, especializada em avicultura, realiza um certo movimento, sendo razoável a produção de aves e ovos.

Quanto às distribuídas entre particulares, visitamos algumas delas. Foram recebidas recentemente e os seus arrendatários estão empenhados em fazê-las produzir. Nas granjas confiadas a colonos nipo-brasileiros, vimos viciadas plantações de hortaliças — repolho, couve, xuxu, pimentão, nabo, tomates, etc. — obtidas mediante o emprego de adubos. Estas granjas mostram que, pelo menos no que se refere a esta produção, dentro de alguns anos Brasília poderá dispensar os olhos ou dez caminhos diários de produ-

tos hortigranjeiros, que recebe de Minas, S. Paulo e Estado do Rio.

### O plano é bom, mas...

O plano assistencial elaborado pela Novacap prevê a criação de unidades sócio-econômicas para cada grupo de 100 ou 150 granjas. Essas unidades prestarão aos agricultores assistência médica, veterinária, técnica agrônômica, fornecerão mecanização agrícola, adubos, ração para o gado, mantendo também outros serviços e diversões. Entretanto, como não existem ainda sequer as granjas, o plano terá que esperar...

De um modo geral, o problema do abastecimento foi dos mais descuidados na construção de Brasília. E nada o justifica.

## Insegurança e Impunidade

Um dia, vocês vão ver, os assas sinados ressuscitarão, sentar-se-ão no banco dos réus e serão condenados como assassinos.

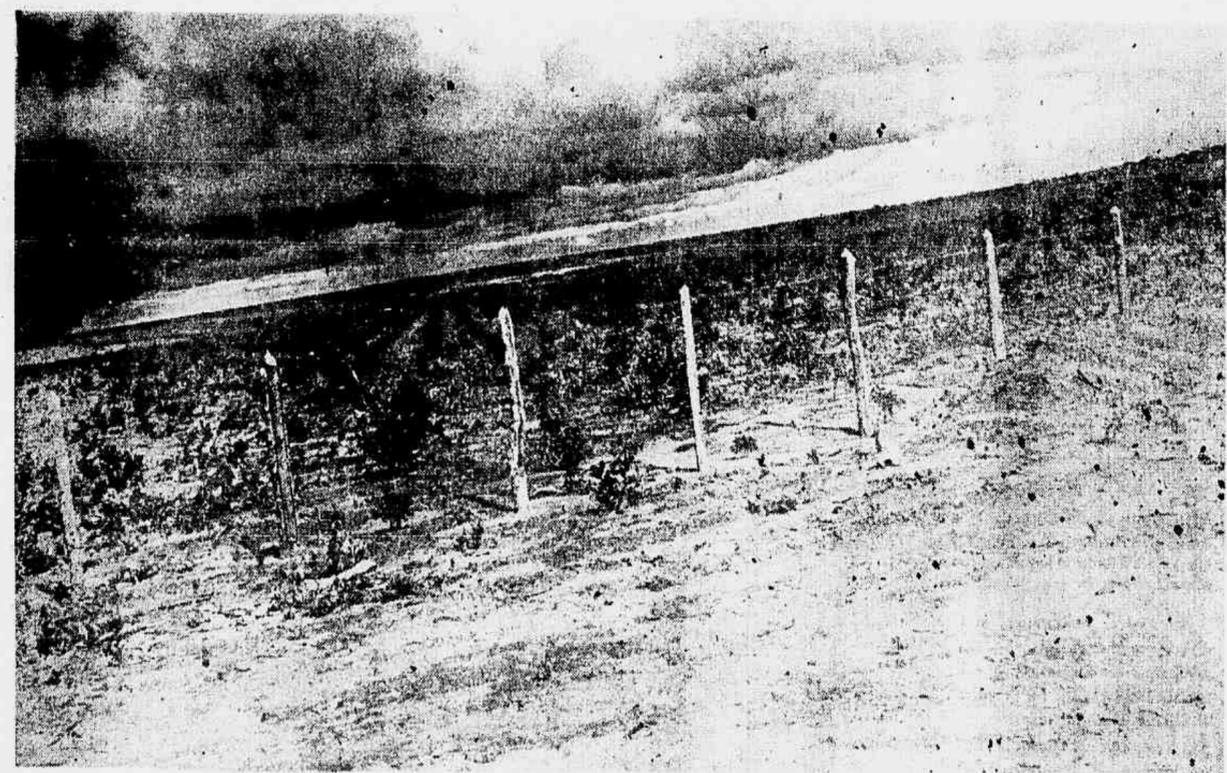
Afinal, quem matou Aída Curi? E' certo que vingança não conduz a qualquer resultado, mas a impunidade conduz a péssimos resultados, conduz a novos crimes. Mas, nem só de assassinos de moinhas se vive por aqui... E como outros crimes são cometidos, outros criminosos se beneficiam com a impunidade.

A propósito: que é do inquérito do feijão padre, importado dos Estados Unidos? Em 1948, no «Regimento dos Proveedores da Fazenda del Rei Nosso Senhor nas terras do Brasil», era determinado que todo o açúcar produzido deveria ser de «bondade e perfeição». Mal podia pensar D. João III, que, impunemente, quatrocentos anos depois daquele Regimento, autoridades brasileiras comprariam mercadoria imprópria por alto preço. Qualquer dia desses os responsáveis pela transação, que continuam impunes, apesar de apontados publicamente, estarão recebendo medalhas e honrarias. Também, não sei a quantas anda aquele inquérito para apurar a responsabilidade dos donos de estabelecimentos, ditos educacionais, que maltrataram as crianças pensionistas da Prefeitura. O último inquérito, dos vários, dizia respeito à «Casa de Lucília». Algum foi punido por isso? Se algum dia houver um julgamento, na certa, as crianças serão acusadas de dormir no chão úmido, ao lado das privadas, quase despidas. E mais: a que conclusão chegou o inquérito sobre a degradação a que foram levadas as moinhas internadas do SAM, que eram levadas para bacanas em Copacabana? Depois da tentativa de proibir a participação de menores nos desfiles das escolas de samba, era de esperar-se, pelo menos, um pouco mais de rigor na apuração de um crime praticado, podemos dizer, oficialmente, uma vez que se trata de menores internadas sob a responsabilidade direta de autoridades do governo. O que dirão a isso os moralistas que combatem a luta pelos direitos da mulher?

De impunidade em impunidade, por mais diversos que sejam os assuntos, chego ao assunto do momento — Oros. Lembro-me das histórias que contavam sobre as primeiras providências, no governo de Epitácio Pessoa, para construir Oros, o grande sonho não, apenas, das populações jaguaribanas, mas de toda a população cearense. Oros seria uma espécie de marco na vida histórica do Ceará. Agora, pergunto, um açude de tal capacidade deveria ou poderia ser construído sem todos os requisitos técnicos indispensáveis à segurança da construção?

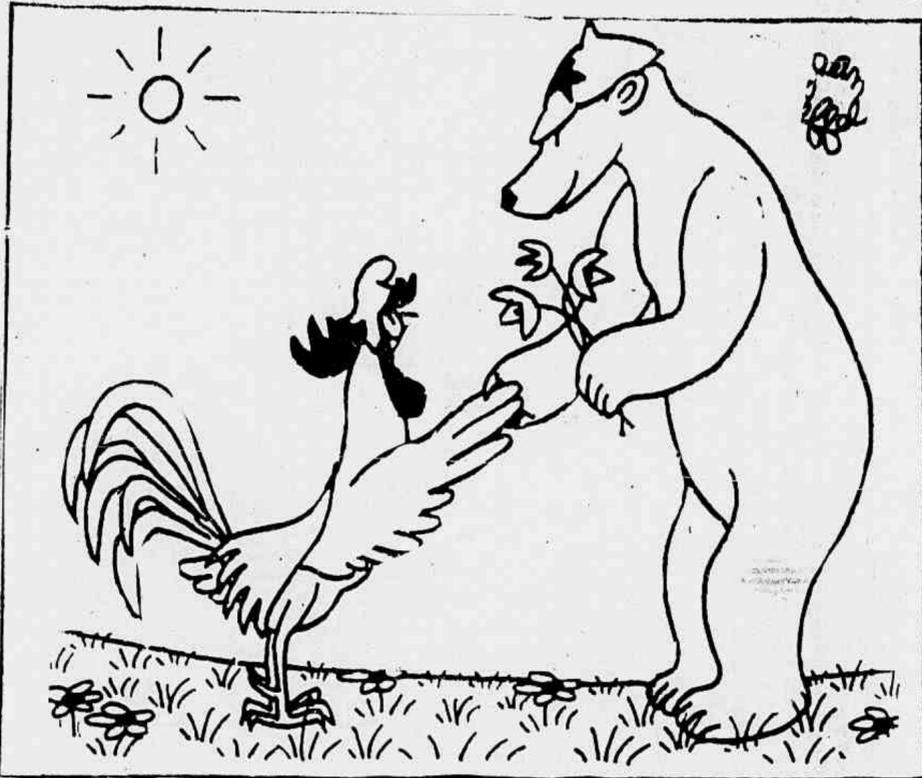
Não, não existe segurança para qualquer pessoa nesta terra. Nem para as moças nem para as crianças, nem para os aeronautas que estão fazendo greve pelas suas vidas, nem mesmo para os ergos do Benjamim Constant que, também, estão em greve, uma vez que os criminosos são julgados (ou não são julgados) de acordo com a categoria social a que pertenciam.

Ana Montenegro



## Paisagem nova

A uns vinte quilômetros da Praça dos Três Poderes, na margem esquerda da rodovia Brasília-Anápolis, foi feita uma grande plantação de eucalipto (foto), por uma empresa particular. São milhares de pés. Dentro de alguns anos, de acordo com os projetos, uma cinta verde de eucaliptos envolverá Brasília, modificando a paisagem natural da região. No planejamento da nova capital do país, foi dada especial atenção à criação de cinturão verde, visando ao abastecimento da população e à criação de parques e bosques. Agora, antes da inauguração da capital, já se vêem, na sua paisagem suburbana, hortas e granjas.



Do degelo à primavera

O urso, símbolo tradicional do povo russo, é um animal que só vive nas terras muito frias, enquanto que o galo, símbolo da França, prefere o calor...

Derrotada Nas Urnas a Política de Frondizi

A Argentina progride aceleradamente. «a economia argentina está em ótima situação». «o Governo de Frondizi é o melhor que o país já teve».

comunistas presos às vésperas das eleições. o estado de sitio, o «Plano Ceinter» e todo o dinheiro e o suborno que o governo de Frondizi utilizou.

sentes (partido de Frondizi) não iam a um quinto do total.

Os esforços da imprensa reacionária para defender Frondizi se voltam, então, no sentido de diminuir a importância da posição dos peronistas e comunistas.

Voto branco vitorioso

O grande vitorioso nas eleições gerais, como já tinha acontecido em La Pampa, foi a campanha pelo voto branco.

A verdade é que as eleições de domingo mantiveram a tendência revelada com clareza em La Pampa. Nesta província, os Radicais Intransigentes obtiveram 26 votos nas eleições constituintes de 1957.

O Apêto de Mão Proibido



LE JUMELAGE DES INITIALES

- Camarade "K"! - Chamoine "K"!

O profeitor de Dijon, monsenhor Kir, desobedecendo as ordens que a hierarquia católica francesa tinha baixado, declarou-se pronto a receber Kruschiov, como convidado oficial da cidade.

Os resultados das eleições não irão mudar em muito a composição do congresso argentino. Mesmo derrotado fragorosamente, Frondizi continuará com grande maioria.

Estôrcio de reportagem de O «Globo»: caluniar Fidel

«O Globo», um dos representantes mais assanhados do imperialismo no Brasil, teve uma grande ideia: fazer uma entrevista com Fidel Castro.

Assim foi feito e, sem dúvida, com êxito. Fidel fala dos capitais estrangeiros que exploram seu país e da necessidade do Estado controlar a atividade econômica para garantir o enriquecimento do povo e evitar a espoliação.

KRUSCHIOV PERGUNTA A KRUSCHIOV:

Por Que Faz Tão Pouco Pelo Comunismo?

— Pode-se dizer, sem qualquer exagero, que se a União Soviética e a França, as duas maiores potências da Europa, junto com todos os países amantes da paz, entram em acordo sobre os problemas fundamentais da manutenção da paz...

com os restos de focos de guerra, principalmente na Alemanha Ocidental. Lembrou Kruschiov o trabalho dos sapadores que ainda hoje retiram o estopim de bombas e minas colocadas durante a última guerra...

— «Nós, estadistas, devemos agir da mesma forma, limpando nossa velha e bela terra dos restos dos anos sombrios da guerra. E' esta uma tarefa difícil e delicada, mas os povos nos agradecerão se conseguirmos cumpri-la.»

Mas a visita de Nikita Kruschiov não se limita aos pronunciamentos oficiais e às conversações com os dirigentes políticos franceses. Pelo contrário, o líder soviético procura manter o maior número de contatos possível com o povo...

Apenas acabara de ler seu discurso de saudação ao presidente de Gaulle no aeroporto, e Kruschiov já começou a deixar claro que não há protocolo no mundo que contenda o seu bom humor.

No dia seguinte, durante uma entrevista coletiva, um jornalista perguntou a Kruschiov qual a pergunta que ele faria se tivesse que entrevistar a si mesmo.

— «Perguntaria ao senhor, isto é, ao camarada Kruschiov por que consagra tão pouco tempo e esfor-

ço à propagação do comunismo? Ao que ele responderia: faço o que posso, e se não é bastante, é por não poder fazer mais.»

Fale alto

Logo depois da entrevista, o governante soviético manteve um encontro com dirigentes e personalidades do Movimento dos Partidários da Paz na França.

K. entrevista K.

Mas o erasmismo e o bom humor não eram monopólio de Kruschiov. Milhares, dezenas de milhares e, às vezes, centenas de milhares de pessoas acenavam, aplaudiam e gritavam vivas à sua passagem pelas ruas.

Até mesmo padres, apesar da proibição feita pela Igreja, eram vistos em grande número pelas ruas de Paris, Bordéus, Nimes, Lacq e Marselha.



GRIFIN EM BRANCO...



... E PRETO

Nota Internacional

E Agora, Lafer?

A União Nacional Paraguáia, que congrega os exilados políticos paraguaios de todas as tendências na Argentina, publicou um manifesto reproduzido pela imprensa brasileira, em que acusa o governo brasileiro de conivência com a ditadura de Stroessner.

A visita do ministro do Exterior brasileiro ao Paraguai, duramente combatida por vários setores da opinião pública e da política no Brasil, só poderia dar estes resultados.

O verdadeiro retrato da ditadura de Stroessner, que o sr. Lafer quis apagar, é feito pela União Nacional Paraguáia. Todas as forças contrárias à tirania são postas à margem da legalidade.

Diante do protesto oficial das oposições paraguáias, o Itamarati anunciou que só esperava a volta do chanceler Horácio Lafer, atualmente em visita aos Estados Unidos, para se pronunciar sobre o assunto.

Fausto Cupertino

Escritor americano viu as coisas pretas

O escritor norte-americano John Howard Griffin resolveu sentir na própria pele a violência dos brancos contra os negros.

Guerra tria chora encontro Kruschiov-De Gaulle

Os jornais reacionários da França, Inglaterra, Alemanha Ocidental e outros países europeus estão muito tristes e revoltados contra os resultados da viagem de Nikita Kruschiov à França.

Ca entre nós, como não podia deixar de ser, também apareceram os protestos. E aí está o sr. Paulo de Castro, comentarista internacional do «Diário de Notícias» a vozeirar contra o enfraquecimento do Ocidente e o catanhamento entre a França e a Alemanha Ocidental.

Homem de Adenauer Eisenhower-Macmillan vão aceitar plano soviético

Dizem que o uso do cachimbo faz a boca forte. E parece que entorta até a boca dos mais próximos, como mostra o sr. Eugen Gerstenmeier.

Diante do protesto oficial das oposições paraguáias, o Itamarati anunciou que só esperava a volta do chanceler Horácio Lafer, atualmente em visita aos Estados Unidos, para se pronunciar sobre o assunto.

Segundo os telegramas das agências capitalistas, o primeiro ministro inglês Macmillan e o presidente dos Estados Unidos teriam chegado a um acordo sobre a proposta soviética para a cessação de todas as experiências nucleares.

# O GOVÊRNO É RESPONSÁVEL PELA TRAGÉDIA DE ORÓS

Reportagem de ANNIBAL BONAVIDES  
correspondente de NOVOS RUMOS no Ceará  
(Via Varig)

A barragem do Orós, uma das maiores do mundo, construída sobre o rio Jaguaribe, para acumular quatro bilhões de metros cúbicos, foi rompida na sua banqueta superior pelo impacto colossal das águas. Planificada para apresentar uma altura de 54 metros, a barragem achava-se ainda em 37 metros, quando o rio Jaguaribe, que é o maior rio seco do mundo, começou a correr caudalosamente, trazendo a carga d'água que lhe era fornecida por numerosos afluentes das margens direita e esquerda, desde a Serra da Jabuquira, no alto do sertão dos Itaimas, até os que correm nas proximidades do Jaguaribe. O tombo do rio nordestino tornou-se cada vez mais volumoso e impetuoso, ultrapassando as suas margens. Corria valente, como se diz no sertão do Ceará, de barrica a barrica, inundando os terrenos interiores das cidades marginais, atingindo dois quilômetros de largura em determinados pontos de seu curso.

## Cinco dias de luta dramática

A luta dramática sustentada entre o rio Jaguaribe, que rugia como um leão furioso, tentando forçar a passagem, e a barragem ciclopica, que resistia heroicamente para impedir a passagem das águas, foi qualificada como a mais análoga esperada. Com o apoio do competente engenheiro Anastácio Maia, chefe das obras de construção do Orós, mais de uma dezena de engenheiros e técnicos do DNOCS trabalharam sem parar um minuto. Ao lado dos engenheiros, algumas centenas de operários qualificados, verdadeiros heróis da grande batalha pela salvação da barragem, postos ao perigo iminente, ficavam e viravam, acionando máquinas portáteis ou simples caminhões (os «Luchas») carregados de terra.

Até que no dia 26, à meia noite aproximadamente, foi autorizada pelo Dr. Anastácio que se fizesse um rasgo na extremidade da ombreira esquerda da barragem, para dar vazão às águas. E logo depois, tanto por esse corte, como por outros pontos da parede, as águas começaram a passar, lavando a grande obra. Uma hora depois, em toda a extensão da barragem uma avalanche já se precipitava, oferecendo a todos que assistiam o que se pode chamar de espetáculo horrendo e belíssimo. Gigantesca enxurrada foi o que então presenciamos. As águas, num rôlo compressor que parecia irresistível, produzindo um estrondo impressionante, despencavam-se por sobre a barragem, evoluindo em mil formas, para a passagem estreita do boqueirão do Orós, situado um pouco a retaguarda da barragem.

Nessa luta titânica, entre o rio e a barragem, entre o homem e a natureza, podemos dizer que, embora o rio tivesse podido romper a banqueta mais alta da barragem e, deste modo, lançar as águas para adiante, a verdade é que foi o homem quem saiu vitorioso.

A vitória da resistência da barragem sobre o rio consiste no seguinte: se a parede do açude tivesse sido arrastada pelo peso das águas retidas, nada menos de 720 milhões de metros cúbicos teriam se despençado violentamente sobre o vale do Jaguaribe, isto em poucos minutos, destruindo cidades e vilas ribeirinhas. Seria a catástrofe, que milhões de pessoas, no Nordeste, no Brasil inteiro e em várias partes do mundo, temiam, com o coração na mão. A resistência da barragem, fazendo com que a vazão das águas se procedesse controladamente, evitou que se consumasse a catástrofe, nas proporções em que a mesma se desenhara. Assim, os 720 milhões de metros cúbicos, que deveriam ter-se precipitado como um dilúvio, em poucos minutos, só puderam ultrapassar a barragem num espaço de 34 horas. Não houve, pois, a destruição completa da barragem. E não houve, também, a inundação completa, e em alto nível de água, das cidades e povoados ribeirinhos.

## A situação das populações ribeirinhas

O correspondente de NOVOS RUMOS, viajando inicialmente de jipe, mas tendo de atravessar riachos a vau, até atingir a cidade de Orós, esteve na cidade de Jaguaribe, um dia antes da inundação.

Então assistimos, naquela cidade, a um espetáculo comovedor. E que havíamos chegado a uma localidade tradicional do Ceará, situada à beira da rodovia Transnordestina, cuja população é de mais de 10 mil habitantes, e que se encontrava quase completamente evacuada. Todas as casas estavam fechadas. A cidade era um cemitério, apenas se viam soldados do Exército e alguns trabalhadores dando providências. A um quilômetro, nos pontos altos, estavam as famílias pobres, prontamente desabrigadas, care-

cendo de mantimentos de boca, de medicamentos e cobertores. Algumas dessas famílias proletárias foram depois protegidas com a formação de barracas, pelo Exército. Outras, muitas, continuavam ao relento, inteiramente desamparadas. Fato semelhante se repetia por toda a extensão dos lugares ribeirinhos do Jaguaribe.

Esta situação do povo, desabrigada pelas inundações, é das mais trágicas. Entre os deslocados, reina a fome, enquanto paira uma iminente ameaça de epidemia de tifo e variola. De Icó a Aracati, são mais de 100 mil pessoas desabrigadas, verdadeira calamidade pública.

Para socorrer as massas flageladas, vítimas das inundações, está se realizando uma locante campanha de solidariedade pública em Fortaleza e em outras cidades nordestinas. A campanha popular, das mais comoventes e expressivas, é promovida pelos cinco emissários da capital cearense, e tem organizado grande quantidade de viveres, redes, cobertores, dinheiro. Mas é insuficiente, diante das imensas necessidades do povo deslocado.

Urge que o governo enfrente a situação, com a maior responsabilidade. A assistência precisa ser prestada imediatamente, em grande envergadura, enviando-se alimentos, medicamentos e barracas de campanha, principalmente. Nenhuma burocracia deve retardar o socorro às populações desabrigadas. Até o momento, o Governo do Ceará decretou a abertura de um crédito de 5 milhões de cruzeiros, enquanto o Prefeito de Fortaleza abriu outro, de 1 milhão. Mas, ainda é muito pouco. Urge que o governo federal, a cuja iniciativa deve o Ceará a construção do Orós, venha imediatamente em socorro das populações flageladas.

## De quem a responsabilidade?

Descrevemos os acontecimentos que emocionaram, durante alguns dias, todo o povo brasileiro: a destruição de 30 por cento da barragem de Orós. Falamos também das consequências funestas das inundações. Finalmente, temos que falar de uma coisa muito importante, que a todos preocupa. Surge, assim, uma pergunta:

## Papagaio faz parte da família

— Por que não foi concluída, no devido tempo, a barragem de Orós?

Esta pergunta logo sugere outras perguntas correlatas: por que não se construiu um sangradouro de emergência? Por que admitir que um único túnel, com capacidade para dar vazão a apenas 20 milhões de metros cúbicos por dia, seria suficiente para a descarga d'água de um rio como o Jaguaribe, descarga essa que, nos dias de sua maior enchente, chegou a ser aproximada à do São Francisco? Por que não admitir a possibilidade de um grande inverno em 1960? Por que tanta falta

de previsão e de planificação, nas obras de Orós?

São, estas, perguntas que exigem, naturalmente, respostas de ordem técnica. Não somos engenheiros, não pretendemos, assim, debater essas questões, do ponto de vista rigorosamente técnico. Mas a imprevidência é tão flagrante, que se torna estranhável a qualquer leigo.

De quem a responsabilidade pela não conclusão do Orós, em tempo oportuno?

Certamente, não é justo atribuir-se tal responsabilidade ao engenheiro Anastácio Maia, chefe das obras. Seu trabalho foi dos mais brilhantes; sua capacidade de ação é conhecida, sua honestidade é comprovada. A prova disto se expressa na resistência formidável oferecida pela barragem, por ele construída. Ninguém, entre as dezenas de engenheiros e técnicos presentes a Orós, nos dias que antecederam ao rompimento da barragem, a partir do próprio diretor geral do DNOCS, engenheiro José Candido Paula Pessoa,

admitia que a parede do açude fosse capaz de suportar o peso dos 720 milhões de metros cúbicos que chegaram a se acumular no dia 25 de março. A opinião unânime era a de que a barragem seria totalmente destruída, desde que houvesse o primeiro rompimento em qualquer de suas partes. Tal, porém, não ocorreu. A barragem foi rompida, sua banqueta superior ficou destruída, mas as outras banquetes suportaram o impacto, conservando-se firme, diante das águas encachoeiradas. O comportamento da barragem revela a qualidade da obra dirigida pelo engenheiro Anastácio Maia, que não é, absolutamente, responsável pela não conclusão do açude em tempo útil. Foi ainda o Dr. Anastácio Maia quem, colocando mais alto do que tudo a vida humana, resolveu dar o alamo, na situação do Orós, muitos dias antes do previsto para o rompimento da barragem. Isto ele fez, mesmo enfrentando opiniões em contrário, que achavam que esse alarme só deveria ser dado nas vésperas. Contrariando essas opiniões, o Dr. Anastácio, superando qualquer vaidade pessoal, mostrou que o arrombamento completo seria uma tragédia inenarrável e que, por isto, as populações ribeirinhas deveriam ser prevenidas com bastante antecedência, a fim de que fossem evacuadas. E foi então que o engenheiro pronunciou esta frase profundamente significativa: «nenhuma barragem no mundo vale uma vida humana».

O responsável, pela não conclusão da obra no tempo devido, é o governo da República, que não usou de bastante energia para fazer valer a sua autoridade, obrigando o DASP a desentranhar as verbas destinadas ao Orós. A demora no envio das verbas foi fatal, impedindo que a barragem ficasse pronta em março deste ano, como fora previsto ficando assim sem utilização o sangradouro do açude, já construído, mas que se encontrava, no momento da lavagem da parede, ainda muito acima das referidas águas, pois fora edificado para dar vazão à água quando a barragem tivesse alcançado seu nível máximo, que era de 54 metros, podendo então represar nada menos de 4 bilhões de metros cúbicos, capacidade definitiva do Orós.

Sabemos que elementos janistas já se apressam em tirar proveito demagógico da situação, para explorações eleitoreiras. Nem por isto, iríamos deixar de denunciar a responsabilidade do governo no grande erro, na imprevidência, no verdadeiro crime cometido e que ameaçou a vida e os interesses de centenas de milhares de pessoas residentes na região do baixo Jaguaribe.

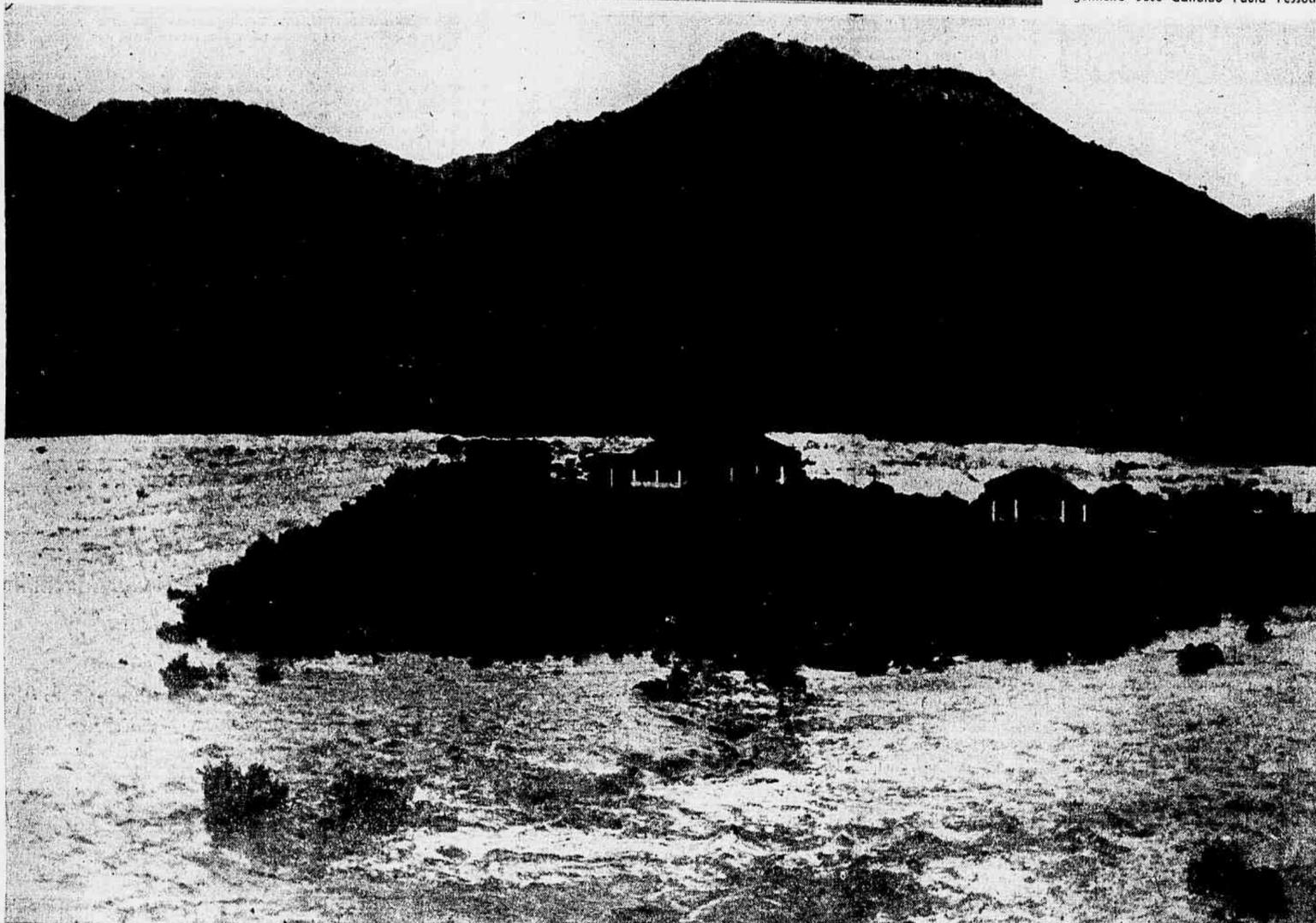
Presente a Orós, no dia do rompimento da barragem, o ministro da Viação, falando em nome do Presidente da República, declarou que a barragem seria reconstruída e concluída a todo o vapor, imediatamente, assim que o volume das águas do Jaguaribe o permitisse, a fim de que o açude venha a ser inaugurado em dezembro próximo.

Embora não perdõe o governo federal pela sua gritante irresponsabilidade na construção da monumental represa de Orós, sonhando verbas na hora mais necessária, o povo cearense tomou nota da nova promessa feita pelo Presidente da República, para ver se o Orós será realmente inaugurado em dezembro, como agora se anuncia,



Retirantes da seca ou retirantes da inundação, mas retirantes sempre. Com o papagaio aboletado na cabeça, esta mulher cearense, juntamente com os filhos, deixa a zona a ser inundada, em busca de terras mais altas. Se tivesse um cachorro, um gato, também levaria consigo, que só mesmo quem conhece sabe como é profundo o sentimento de solidariedade da gente do Ceará.

# NOVOS RUMOS



Poucos minutos depois que o grande açude de Orós começou a ser ultrapassado pelas águas do Jaguaribe foi colhida esta foto, onde se vêem algumas casas ilhadas. Horas mais tarde, nada mais se via, a não ser um vasto lençol barrento, de vários metros de profundidade, sepultando as casinhas, modestas abandonadas pelos moradores quando a tragédia anunciava-se iminente. Com a continuação da vazão do açude, uma após outra foram sendo inundadas as cidades do vale: Jaguaribe, Upabaçu, Aiuba-Limoeiro do Norte, Russas, Aracati, além de povoações menores. Mais de cem mil pessoas foram diretamente afetadas pelo rompimento de Orós.

Minutos depois

FRANCISCO JULIÃO AFIRMA:

# Ligas Camponesas Vão Mudar a Feição do Campo

Depois da vitória do Engenho da Galiléia, o novo passo será a des-privatização das terras da Cia. Pariza. Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas em Pernambuco, apresentará um projeto nesse sentido à Assembléia Legislativa daquele Estado. De passagem palestrou largamente com a nossa reportagem e manifestou sua confiança em que, com a ajuda dos camponeses, serão vitoriosos.

Nestas terras, disse-nos o parlamentar, vivem e trabalham cerca de quatro mil camponeses e sua luta conta com a simpatia e o apoio das organizações populares e sindicais, assim como da opinião pública democrática do meu Estado. Todos compreendem a necessidade de se acabar com o latifúndio como medida indispensável ao progresso do país. No caso da Cia Parizela, além do mais, trata-se de uma organização atrás da qual ocultam-se interesses norte-americanos.

## Sem os Camponeses, Nada

Explicando sua preocupação pelo problema camponês e a participação que tem tido nas lutas que se desenrolam naquele importante Estado nordestino, declarou:

— Entreguei-me quase inteiramente à luta pela solução desse problema porque cheguei à conclusão de que qualquer movimento popular mais sério em nosso país só poderá ter êxito se for ao campo. É preciso arrancar um meio de lutar os camponeses e hoje há excelentes condições objetivas para isso.

## Palavras Subversivas

— O tempo passa e as coisas mudam — prosseguiu Julião, recordando que certas palavras começam a ter livre curso no país, sem passar necessariamente pela polícia. E dá exemplos:

— Hoje, as palavras «reforma agrária» e «camponês» já não podem mais ser acionadas de subversivas e são amplamente utilizadas. Anos atrás, quando pronunciei a palavra camponês na Assembléia Legislativa (constituída em 70 por cento de latifundiários), criou-se um mal-estar entre certos deputados, tendo alguém chegado a ponto de me sugerir que usasse a expressão curícola para que ninguém se assustasse...

## Liga Pegou

O deputado Francisco Julião continua sua exposição:

— Eu acabava de ser eleito deputado estadual em 1955, quando um grupo de camponeses do Engenho da Galiléia me procurou para se aconselhar sobre a fundação de uma sociedade — a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Aliás, este é o verdadeiro nome da organização. Os meios reacionários chamaram-na de Liga Camponesa, na esperança de caracterizá-la como movimento subversivo e ilegal. Mas, o propósito não surtiu efeito, o nome pegou e hoje os próprios camponeses também usam este nome.

— Como advogado, prosseguiu o deputado Francisco Julião, coloquei-me inteiramente à disposição da Sociedade e dediquei-me à grande tarefa de organizar os camponeses. Todos os fins de semana, dirigia-me para a Galiléia e me punha a conversar com os camponeses e suas famílias, indo de casa em casa.

## Paciência

Assinalou o líder das Ligas a importância que teve e tem para o trabalho de esclarecimento e organização, esta conversa simples e paciente.

— O camponês é desconfiado. É indispensável ganhar a sua confiança.

Outra meio de esclarecimento, politização e orientação no campo são os boletins. Entre os muitos boletins, amplamente difundidos e tidos como «subversivos» pelos círculos reacionários, guardado-se o «Guia do camponês», destinado pelos lavradores como se fosse uma bíblia. Esse boletim era conservado como «documento proibido», até que o deputado Francisco Julião o leu na Assembléia Legislativa de Pernambuco e, ao terminar, pediu para que lhe mostrasse nêle algo que estivesse fora da Constituição, ou da Bíblia. Nenhum deputado disse nada.

## Reivindicações

Afirmou-nos o deputado Julião que a luta das Ligas Camponesas visam, fundamentalmente, quatro objetivos:

— proibição do aumento da renda da terra (o que, apesar de ser ilegal, é frequentemente feito pelos proprietários);

— abolição dos dias de cambão (um ou dois dias na semana em que o camponês é obrigado a trabalhar gratuitamente para o proprietário);

— indenização dos benfeitores (o proprietário, ao expulsar o foneiro, é obrigado por lei a pagar as melhorias

que ele realizou na propriedade, mas não o faz);

— abolição do método para solucionar as questões entre os camponeses e proprietários através das delegações de justiça, transferindo-se para a Justiça.

Depois de salientar que este último é um dos pontos mais importantes da luta dos camponeses, o deputado Francisco Julião afirmou:

— Procuramos mostrar ao camponês que a Justiça é de classe. Muitos juizes ou são latifundiários eles mesmos, ou são amigos dos latifundiários. Explicamos aos homens do campo que só terão justiça quando se organizarem. A cada um, isoladamente, esses juizes não ouvem.

— As vezes, porém, acontece o oposto, acrescentou o deputado Julião. É o caso de Jaboatão, onde se trava uma luta desigual contra um dos maiores latifundiários — Adolfo Pereira Carneiro. Ali, o juiz conciente de esquerda, e defendendo os camponeses. Foi assassinado. Mas, Jaboatão tem sorte. O novo juiz, dr. Adauto Correia de Araújo, é também um homem de excelentes qualidades.

## De Baixo Para Cima

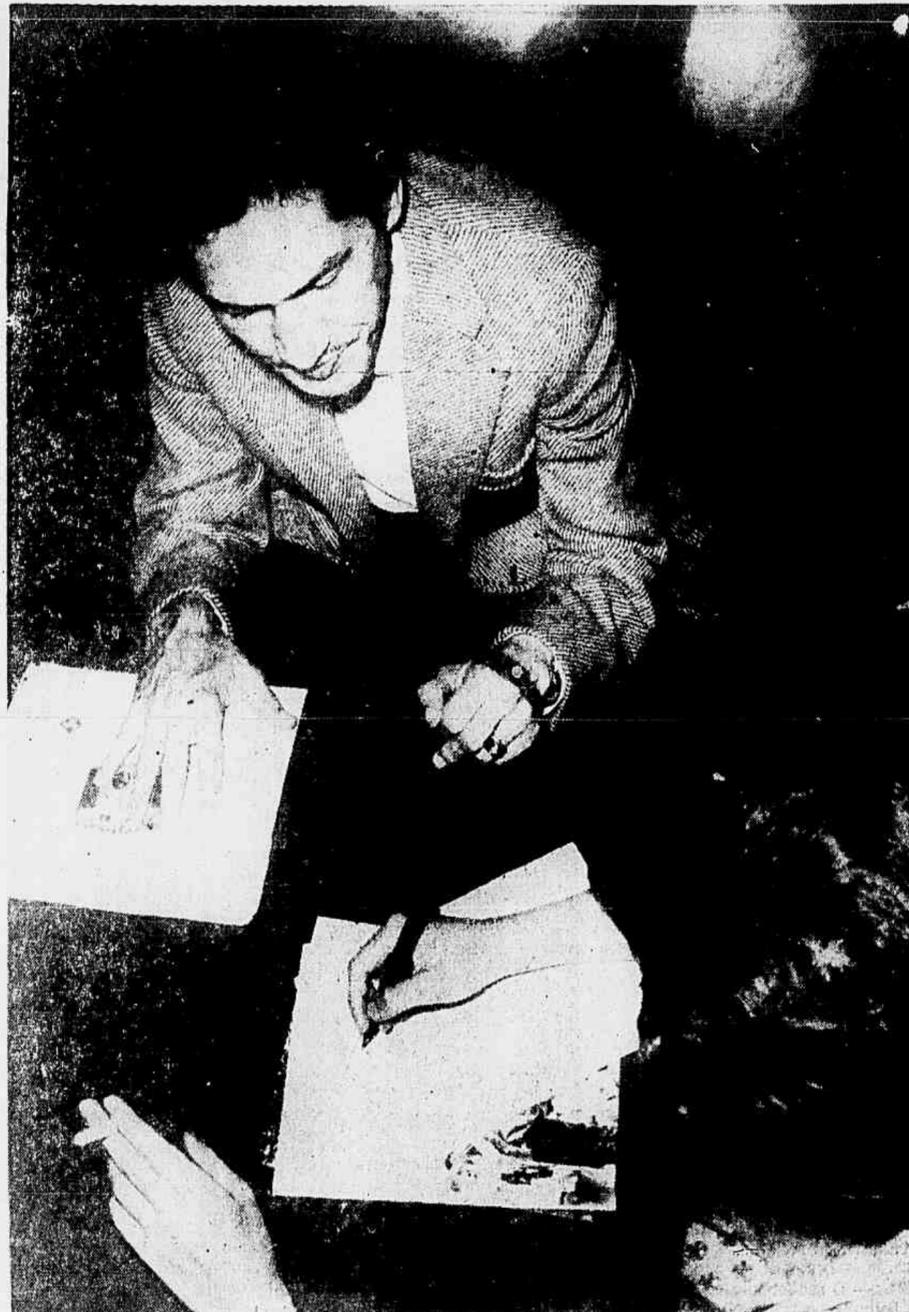
— As Ligas Camponesas já são um fato incontestável e irreversível, prosseguiu o deputado Francisco Julião. Ninguém mais poderá conter o movimento de politização das massas camponesas. Sua força principal reside em que se trata de um movimento de cúpula e sim de baixo para cima. As Ligas contam com o apoio das massas populares, dos sindicatos, e até mesmo de alguns proprietários (geralmente os que têm a seu serviço apenas assalariados agrícolas).

## Zona da Mata

— O grosso das Ligas Camponesas, continuou o deputado Julião, ainda está concentrado na Zona da Mata. Dentro em breve, elas tomarão conta de Pernambuco e de outros Estados do Nordeste onde haja concentração de foneiros e pequenos proprietários.

Concluindo, disse o deputado Francisco Julião:

— Até mesmo com o Código Civil já superado, que aí está, em que se fala do direito de uso e abuso da propriedade, e com um corpo de bons advogados, poderemos formar Ligas Camponesas em todo o país e transformar a feição do campo no Brasil.



Francisco Julião, filho de latifundiários, é hoje o mais conhecido líder camponês do país, em virtude de sua atuação desassombrada à frente das Ligas Camponesas de Pernambuco. Falando à nossa reportagem disse ser impossível, no Brasil, verdadeiro movimento de massas sem a participação ativa dos milhões que trabalham o campo.

## Latifundiário, líder camponês

# NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 1 a 7 de abril de 1960

Nº 57



## Comício no mato

Os sindicatos operários de Pernambuco não têm faltado com sua solidariedade aos camponeses que lutam pela posse da terra. Comícios e outras manifestações de confraternização são realizados na zona da mata, onde existem as Ligas.



## Festa na Liga

Na cabana recoberta de capim-gordura, construída pelos lavradores para servir de sede à Liga Camponesa do local, foi realizada uma grande festa para comemorar mais uma vitória da entidade. As associações de camponeses desempenham hoje, em Pernambuco, um grande papel na luta pela posse da terra. Espalhadas por todo o Estado, as entidades orientam a luta dos lavradores por melhores condições de vida, transformando radicalmente a situação no campo em Pernambuco.

EISENHOWER FALOU EM PARAÍSO AMERICANO...

Certa vez, disse a um vizinho de tugúrio onde morava, em Upper West Side:

— Estou muito fraco e tenho fome. Preciso de algum dinheiro.

— Vai procurar o encarregado da assistência social — respondeu-me — Algo te darão...

O departamento de assistência social — N.º 330 da 5.ª rua, West Side — estava cheio de gente quando ali cheguei, numa manhã muito cedo. Um homem sentado por detrás da mesa entregou-me um número e disse que esperasse.

Homens e mulheres abatidos e andrajosos me rodeavam. Eram séres pálidos, vencidos, esmagados. Os velhos, alguns aleijados, levantavam-se a custo quando chamavam seu número. Entravam numas cabinhas ao longo das paredes da sala e ali respondiam a algumas perguntas.

Nada me diferenciava dos demais: estava vestido com farrapos, desarrumado e sujo. Colocaram-me no fim da fila e ninguém me observava. A sala recordava-me a repartição militar do Forte Meade (Maryland), de onde eu saíra para o exército, com a diferença de que aqui era maior o cunho de impiedade.

Longa Espera e Desilusão

Estive aguardando cerca de três horas. Finalmente, gritaram meu número e uma mulher, de meia-idade e expressão mal-humorada, encaminhava-me para uma das pequenas cabinhas. Ali, entregou-me um questionário para preencher; nome, endereço, nome dos pais, número da ficha que me haviam dado na assistência social...

— O senhor não conseguiu trabalho? — perguntou-me severamente.

Respondi-lhe que há meses procurava emprego em vão e também que estava sem dinheiro.

— O senhor é quem deve cuidar de si mesmo — replicou. — Algum trabalho tem que haver para o senhor em Nova York...

Disse-lhe que muitas vezes pedira dinheiro emprestado e que, realmente, não encontrara trabalho.

— Só me resta um recurso: solicitar assistência. Não acredito que o governo vá permitir que uma pessoa morra de fome...

Minha interlocutora explicou que o departamento de assistência social só poderia auxiliar-me no caso de ninguém mais poder fazê-lo e, isso, se eu tivesse uma família a sustentar. Continué insistindo. Entregou-me, então, outro questionário.

Depois de 45 minutos fui chamado para mais perguntas. Desta

# Estou Fraco e Tenho Fome

Reportagem de WOODY KLEIN (4.ª de uma série)



Uma mulher e duas crianças. Uma mesa, um prato vazio. Nos tugúrios de Nova York existem a miséria e a fome. Milhares de desempregados, norte-americanos e muitos portorriquenhos, não dispõem de um níquel para comprar alimento para os filhos. Esse é o outro lado do paraíso americano; dele Eisenhower não falou, nos discursos que proferiu durante sua gira pelos países da América do Sul.

## Retrato do desespero

vez era uma senhora ainda menos afável.

— O senhor quer dizer que não pôde encontrar trabalho? Olhe para essa gente e diga-me se lhe parece que o senhor está em piores condições que a maioria. Não creio. Podemos dar-lhe um vale para uma refeição e uma dormida num dos nossos albergues. Serve?

— Posso arranjar-me com qualquer coisa. No entanto, por que não

podem socorrer-me? Preciso de dinheiro para viver porque não tenho trabalho.

Minha interlocutora pôs-se, então, a censurar-me:

— Será possível que o senhor pretenda dinheiro da prefeitura quando há tantos que precisam dele muito mais? E' preciso que o senhor mude de vida. Necessita é de um emprego fixo e um salário permanente. Esqueça-se de que é ator. Co-

mo tal, a única coisa que vai conseguir é morrer de fome.

Depois de uma pausa, pegou no questionário:

— Não podemos satisfazer a seu pedido. Naturalmente, a sua situação é ruim. Mas há os que estão em condições muito piores.

Levantei-me e saí. Minha condição não era bastante calamitosa para que me ajudassem. Compreendi, então, que as 335.000 pessoas inscritas no departamento deviam ter uma vida muito pior que a minha.

### Comer Pouco Para Pagar Aluguel

Informei-me de que, em média, o departamento de assistência social gasta mensalmente em Nova York

177 dólares e 55 centavos por família de quatro pessoas. 89,40 dólares destinam-se à alimentação; 51,75 ao aluguel de um quarto não mobiliado; 21,80 ao vestuário; 5,60 às despesas pessoais; 2,30 ao gás de cozinha; 3,60 ao gás de calefinação e à electricidade; 2,40 a utensílios domésticos; e 0,70 a transporte para as crianças irem à escola.

No entanto, em muitas das tristes habitações que visitei, encontrei famílias de quatro pessoas que não podiam viver com esses 177 dólares mensais, o que se compreende perfeitamente. Os senhores não cobram 51 dólares de aluguel, mas sim de 80 a 100. Não há outro recurso senão reduzir as despesas de alimentação e vestuário, já parecos.

Muitos dos cômodos alugados não são controlados, de modo que não há limite para os aluguéis, os senhores cobrando o que bem entendem.

## Nota Econômica

## Ações ao Portador: Instrumento Imperialista

Os jornais da «sadia», especialmente «O Globo» e o «Estado de São Paulo», desenvolvem intensa campanha de hostilidade a um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados, que proíbe a existência de ações ao portador em sociedades particulares. Trata-se do projeto de número 186-59, apresentado no ano passado pelo deputado Armando Rollemberg. Diversos homens de empresa, em geral ligados ao imperialismo norte-americano, estão esboçando, com pronunciamentos públicos, esta campanha da imprensa de aluguel. Este é o caso, por exemplo, do sr. Charles Edgard Moritz (nem mesmo o nome é nacional). Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que deu mais de uma entrevista à imprensa, falando em seu nome pessoal e no de sua associação de classe, conclamando os seus pares a lutar, por todos os meios possíveis, contra o projeto.

Sempre que «O Globo», o «Estado» ou o sr. Moritz se dão ao trabalho de lutar contra alguma coisa, pode-se suspeitar que esta coisa contraria o imperialismo. Também no caso presente esta lei geral se confirma. O sistema de circulação de ações ao portador de sociedades anônimas é em nosso país um eficiente instrumento de dominação imperialista. Permite a existência de tesourarias desenvolvidas em grupos estrangeiros em empresas nacionais, permite a dissimulação dos lucros de acionistas estrangeiros de empresas organizadas no país, e ainda dificulta a exata avaliação do alcance da penetração do imperialismo no país.

Um outro aspecto importante do sistema de ações ao portador — o não é por outra razão que ele é decididamente combatido pelos governos dos países capitalistas desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos — é o de que ele facilita a burla do imposto de renda, os proprietários das ações ao portador não pagam o imposto cobrado sobre a pessoa física; apenas a simples-mente paga a parte do imposto correspondente à pessoa

jurídica. Por esta razão, também entre os rixosos nacionais se defende a manutenção do atual «statu quo».

Os defensores deste tipo de ações alegam que a sua extinção representaria ao portador reduzir, senão eliminar, a possibilidade de colocar ações de empresas particulares no vasto mercado de pequenos compradores, constituído por aqueles elementos da pequena burguesia que conseguem economizar alguma coisa de suas rendas. O sistema de ações ao portador, de fato facilitando a circulação dos títulos de propriedade, torna mais fácil o aproveitamento pelas grandes empresas industriais e comerciais, disso que os economistas burgueses chamam de «opulação interna particular». Tal inconveniente, que poderia advir da extinção das ações ao portador, entretanto, está desde já afastado, por um substitutivo que o deputado Santiago Dantas está apresentando à Câmara Federal, no qual se propõe que a ação nominativa circule na mesma forma e nas mesmas condições da ação ao portador, tendo apenas, nas costas do título, a assinatura obrigatória do último comprador.

Não conhecemos ainda o texto integral do substitutivo Santiago Dantas e não podemos portanto julgá-lo. O que podemos afirmar, desde já, é a razão pela qual os cortios do imperialismo combatem o projeto Rollemberg: Há uma vigorosa articulação em marcha, na Câmara, com apoio de elementos do Governo, para fazer aprovar este projeto, ainda em 1960. E é o próprio sr. Moritz que esclarece as suas razões para estar intranquilo com esta perspectiva: a aprovação do projeto, diz ele, irá provocar uma fuga dos capitais estrangeiros. Não podemos endossar tal previsão, mas sabemos que os imperialistas não gostariam de estar obrigados a pagar impostos, e a mostrar-se,

## Dicionário

### CÂMBIO DE CUSTO (II)

Para exemplificar concretamente o significado do câmbio de custo, vejamos como as coisas se passavam em junho de 58, quando a SUMOC baixou a sua Instrução n.º 157, e quando ainda todas as exportações eram negociadas no mercado oficial de câmbio. A Instrução veio aumentar as bonificações que, somadas à taxa oficial de Cr\$ 18 por dólar, representam o preço pago pelo Governo aos exportadores, pelas divisas que recebem destes últimos. Naquela data, a SUMOC fixou as bonificações de 18,70, 24,70, 51,61 e 73,64 cruzeiros, respectivamente, para a 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª categorias em que eram divididas as mercadorias de exportação.

Com base nas cifras arredondadas das exportações de 58, e a partir das taxas de câmbio fixadas pela Instrução 157, poderemos calcular a média ponderada das taxas pagas aos exportadores, ou seja, o câmbio de custo para o Governo. Na 1.ª categoria, o café (700 milhões de dólares), pago ao câmbio de Cr\$ 37,00 por dólar (Cr\$ 18, mais bonificação de Cr\$ 19), representou um dispêndio de Cr\$ 26 bilhões; na 2.ª categoria, o cacau (100 milhões), ao câmbio de Cr\$ 43, representou um peso de Cr\$ 4,3 bilhões; na 3.ª categoria, o algodão (26), o fumo (17), a mamona (2), o mangandê (32), as diversas outras vegetais (20), o milho (16) e os couros (6), num total de 170 milhões de dólares, ao câmbio de Cr\$ 70 por dólar, representaram um peso de Cr\$ 12 bilhões; finalmente, na 4.ª categoria, onde estavam incluídos todos os demais produtos de exportação, num total aproximado de 230 milhões de dólares, ao câmbio de Cr\$ 92 por dólar, representaram um dispêndio de Cr\$ 21 bilhões.

Dessa forma, para adquirir o total de 1.200 milhões de dólares fornecidos pelas exportações, o Governo gastou em 58 aproximadamente Cr\$ 73 bilhões; feita a divisão desta cifra por aquela, teremos o câmbio de custo para o Governo, ou seja, cerca de Cr\$ 60,00. Com efeito, no mesmo dia em que publicava a Instrução 157, a SUMOC publicou a Instrução 158, que fixou o câmbio de custo em Cr\$ 58,70. Posteriormente, através de sucessivas Instruções da SUMOC, o câmbio de custo foi sendo aumentado, acompanhando os aumentos das bonificações aos exportadores e a diminuição da receita cambial do Governo (passagem de exportações para o «câmbio livre»), até atingir o seu nível atual de Cr\$ 100 por dólar.

### Concurso da

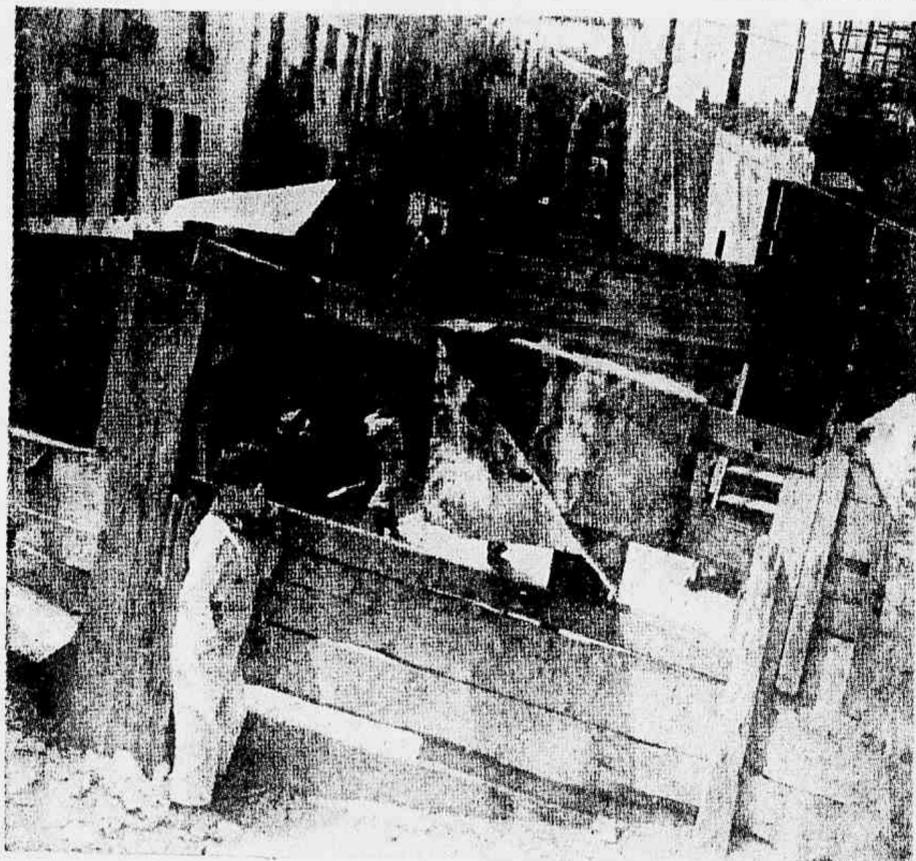
### Rádio Moscou

A Rádio Moscou transmite, diariamente para o Brasil, de 19 às 21 horas (hora do Rio de Janeiro), na faixa de 25 metros, nas frequências e comprimentos de ondas de

- 11,75 megacíclos (25,53 metros)
- 11,87 megacíclos (25,27 metros)
- 11,92 megacíclos (25,17 metros)
- e na faixa de 31 metros, nas frequências e comprimentos de ondas de
- 9,63 megacíclos (31,15 metros)
- 9,80 megacíclos (30,61 metros)

#### CONCURSO

Todas as quartas-feiras, às 20,30 horas, é transmitido um programa especial (Rádio Universidade), com interessante concurso e distribuição de prêmios



Estes não brincam no Central Park. Muitos não vão à escola. São meninos de Nova York, que vivem nos cortijos da grande metrópole. Nas áreas sujas e perigosas onde se localizam os tugúrios, passam os dias a correr entre barracos e monturos, em seus brinquedos inocentes, sem se aperceber do perigo que correm. A vida que levam lhes dá tudo para, quando forem maiores, se transformarem em bandidos.

## Meninos de Nova York depois

Limocero do Norte, Russas, Aracati, além de povoações menores, mais de cem mil pessoas...



# Jorge Zayas: um inimigo de Cuba sem máscara

# Recebeu Milhões de Batista Para Defender a Ditadura



Andou por aqui um certo sr. Jorge Zayas, esgoelando calúnias contra o governo revolucionário cubano, em conferências e entrevistas patrocinadas por jornais da imprensa de aluguel. O referido sr. Zayas se diz perseguido político e faz atualmente um caríssimo cruzeiro pelos Américas, custeado por círculos norte-americanos, dentro da campanha contra Cuba. Mal o sr. Zayas tinha levantado vôo, eis que surge agora um certo Artime Buesa, igualmente «cruzado da liberdade». Esse senhor Artime era administrador de uma cooperativa em Cuba. Um belo dia deu um desfalque de 15 mil dólares e se «exilou» nos Estados Unidos. Mas, voltemos a Zayas.

Mas, esse era apenas um dos meios que Batista usava para recompensar seus amigos, e não o único. O governo de Fidel Castro dispõe de recibos e outros comprovantes passados pelo jornal «Avance» para órgãos da ditadura batistiana e que elevam a «contribuição» para o jornal de Zayas a quase cem milhões de cruzeiros. Não restei dúvida portanto, que Zayas e seu jornal eram bem pagos. E por que «Avance» recebia dinheiro de Batista? Essa pergunta será facilmente respondida se consultarmos a coleção do jornal durante os anos que se seguiram ao golpe de Batista em 1952 até sua derrubada, no início de 1959.

advertisimos, ao discordar do plano de greve, a que de renúncia, de desistência ou renúncia supõe abandonar voluntariamente o debate público». E isto era dito quando, dias antes, a polícia de Batista tinha chacinado um conhecido jornalista cubano.

### Zayas saúda o ditador

Passam os anos, mas permanece constante a dedicação de Zayas à ditadura. Em 1955, depois de ter contribuído ativamente na campanha para afastar as eleições de novembro de 1954 com o rótulo «democrático», gloriava-se «Avance» (25 de fevereiro): «Sem dúvida, as circunstâncias que caracterizaram este ano o aniversário do Grão de Baire tornaram a patriótica comemoração cheia de esperanças, e quando um povo alenta esperanças, há de sentir-se jubiloso porque o restabelecimento da Constituição de 1940 realiza a incorporação plena da nação na ordem democrática que ela mesma livremente se deu. E esta é uma das glórias do general Batista».

Alguns meses mais tarde (27 de junho), «Avance» «concorda com Batista, possuidor, segundo o jornal, de uma clara compreensão das necessidades do país, em que «o momento não é político». Isto é, o povo cubano estaria vivendo no melhor dos mundos possível e não tinha porque lutar, pois a «benfeitor» Batista cuidava de seu bem-estar. Toda atividade política contra a ditadura era perniciosa para o jornal de Zayas.

Para terminar, daremos um trecho do artigo que «Avance» publicou a 15 de janeiro de 1957, para comemorar o aniversário do ditador. «Amanhã comemora seu aniversário o Presidente da República... Por esse motivo, «Avance» se sente feliz em lhe enviar uma felicitação respeitosa e cordial, ao mesmo tempo que formula votos de que o poder moderador que a Constituição põe em suas mãos como Primeiro Magistrado da Nação, propicie agora, como tantas outras vezes sob seu comando, a convivência pacífica e harmônica entre todos os cubanos.» Este artigo foi repetido, quase com as mesmas palavras, a 15 de janeiro de 1958. Em 1959, a revolução chegou antes do aniversário de Batista e deixou o sr. Jorge Zayas sem seus cheques e recompensas.

As «denúncias» do ex-diretor do jornal «Avance» nada têm de original e não merecem qualquer comentário especial, com exceção de uma. Diz o sr. Jorge Zayas que foi obrigado a sair de Cuba porque não tinha mais possibilidade de dirigir livremente seu jornal. A embaixada cubana em nosso país imediatamente desmascarou a falsa vítima: Zayas tentou evitar, ele mesmo, que seu jornal saísse, para depois acusar o governo de censura. Impedido pelos jornalistas e gráficos de «Avance» de realizar seu plano, Zayas, completamente desmoralizado, foi para os Estados Unidos por sua livre e espontânea vontade. Não é preciso dizer que a «vítima» não disse uma palavra sequer depois da denúncia da embaixada cubana. Mas, vejamos quem é Jorge Zayas e que fazia seu jornal durante a ditadura de Batista, de quem se diz inimigo.

### Zayas defensor de Batista

Zayas pode ser considerado como um dos mais fiéis defensores do regime terrorista de Fulgência Batista. Desde 1952, desde o primeiro dia da ditadura, «Avance» entrou no páreo das que disputavam para ver quem defendia melhor o tirano e, portanto, quem recebia mais dinheiro em compensação. No dia seguinte ao golpe militar, dizia o jornal «democrático» do sr. Zayas: «O presidente Batista tem, sem dúvida alguma, uma origem profundamente revolucionária. Surgiu do caos que se seguiu à derrubada de um regime unanimemente repellido e deu ao país, através da Assembléia Constituinte e de eleições imparciais, o gozo pleno de suas conquistas políticas, objeto da ansia popular.» Poucos dias mais tarde, quando o governo norte-americano reconheceu a ditadura de Batista, «Avance» afirmava que este fato mostrava que a ditadura, era reconhecida «também fora de Cuba como a mais conveniente aos interesses superiores nacionais».

### Zayas subornado

Existia durante a ditadura de Batista, em Cuba, uma conta no «Banco de los Colonos» que se destinava exclusivamente a financiar os jornais «auxiliares» do ditador. Esta conta, de número 2.515, era feita em nome de Andrés Domingo Morales del Castillo, secretário da presidência de Batista e atingiu um total de mais de seis milhões de pesos cubanos, ou seja, quase um bilhão de cruzeiros. Pois bem, o governo cubano tem em seu poder cheques emitidos a favor de Jorge Zayas, por Morales del Castillo no valor de 200 mil pesos, isto é, perto de 35 milhões de cruzeiros.

## Cheques da corrupção

Jorge Zayas, ex-diretor de «Avance», disse que sempre combateu a ditadura de Batista, e que foi perseguido por Fidel Castro. No entanto, Zayas recebeu, de 1952 a 1958, meio milhão de dólares do ditador, em cheques de que damos um «fac-símile» acima, e saiu de Cuba espontaneamente, em avião de carreira, com destino aos Estados Unidos...

# Mataripe Refinará 40 Mil Barris Por Dia

Reportagem de GENNYSON AZEVEDO enviado especial de NOVOS RUMOS

NESTA viagem de ziguezague através do Nordeste chegamos à Bahia e, mais uma vez, voltamos nossa atenção para as atividades da PETROBRAS. E visitamos a grande refinaria «Landulpho Alves» onde observamos as obras de ampliação e o conjunto destinado à produção de óleos lubrificantes.

Construída há nove anos, em Mataripe, a refinaria «Landulpho Alves» tinha capacidade para processar 2.500 barris diários. Em 1953 realizaram-se obras de ampliação passando a produzir 5.000 barris e, logo depois, introduzidas as novas modificações nas unidades de refinação, elevou-se para 10.000 barris o volume de sua produção diária. Atualmente, com as obras de instalação de modernas unidades, pretende-se atingir o total de 42.000 barris por dia.

A refinação do petróleo é um dos ramos industriais em que a automação do trabalho é quase total, limitando-se o elemento humano a controlar as operações através de uma série de gráficos, computadores, indicadores de temperatura, etc. Pois bem, em Mataripe técnicos, engenheiros e químicos são, em sua maioria, brasileiros formados pela PETROBRAS.

### Perspectiva de Mataripe

Com todo grande empreendimento petrolífero, a instalação de uma refinaria acelera o progresso de uma região. É preciso assegurar o transporte rápido entre os centros urbanos e as unidades de refinação, surgindo daí a necessidade de pavimentar as estradas de acesso. Também o conforto daqueles que movimentam a gigantesca engrenagem, desde o operário ao engenheiro, exige a construção de uma pequena cidade nas proximidades das instalações. Exatamente isto ocorreu em Mataripe, beneficiando igualmente os municípios vizinhos. A PETROBRAS além de oferecer trabalho para um número cada vez maior de pessoas da localidade, melhora as estradas, proporcionando o progresso geral com os «royalties» pagos aos municípios pela extração do petróleo.

Alves» faturou a importância de Cr\$ 1.850.000.000,00 (um bilhão oitocentos e cinquenta milhões de cruzeiros) correspondente a 3.220.000 barris refinados! Em dólares isto representa uma economia de 10.850.000,00.

Diante desta realidade só a má-fé pode explicar a existência, ainda hoje, de inimigos do monopólio estatal do petróleo. E podemos aduzir que estamos apenas no começo da industrialização do ouro-negro. Neste campo quase não há limite de lucro, graças à infinidade de subprodutos desta substância maravilhosa empregados na fabricação de plásticos, de adubos ou inseticidas, de tintas, borracha sintética, produtos de beleza, etc.

Dentro de mais alguns meses estará funcionando o setor dos óleos lubrificantes, produzindo cerca de 3.000 barris por dia, para um consumo de 4.000 atualmente. A importância desta nova unidade pode ser medida por um simples fato: as companhias petrolíferas estrangeiras tiveram 7 bilhões de cruzeiros de lucro em 1958 com a importação e venda de óleos lubrificantes; no mesmo período o lucro da PETROBRAS foi de 5,4 bilhões. Completa-se assim mais uma etapa no caminho da auto-suficiência dos derivados de petróleo.

### Fatos e cifras

A PETROBRAS produziu, em 1958, 18.922.738 barris, e em 1959, .... 23.358.872 barris.

De um ano para o outro houve um incremento de 4.436.134 barris, correspondendo a um aumento percentual de 24,7%.

Os principais campos produtores da Bahia contribuíram para este volume na seguinte ordem:

Água Grande	16.155.754 barris
Candeias	5.570.169 »
Dom João	956.808 »
Mata	674.700 »

Para o estado da Bahia a PETROBRAS pagou, nos 6 primeiros meses de 1959, a importância de Cr\$ 115.272.859,00 contra os Cr\$ 121.265.116,40 pagos durante os 12 meses de 1958.

Fatos como estes atestam dos benefícios gerais que oferece a exploração racional do ouro-negro quando

em mãos do Estado. Tão importante quanto a economia em dólares é a contribuição para o desenvolvimento dos estados onde opera, especialmente no Norte e Nordeste, criando condições para a fixação do homem ao meio. Hoje a PETROBRAS emprega cerca de 6.000 homens no recôncavo baiano que trabalham nos campos ou na refinaria. São trabalhadores integrados na tarefa grandiosa de dar petróleo ao Brasil.

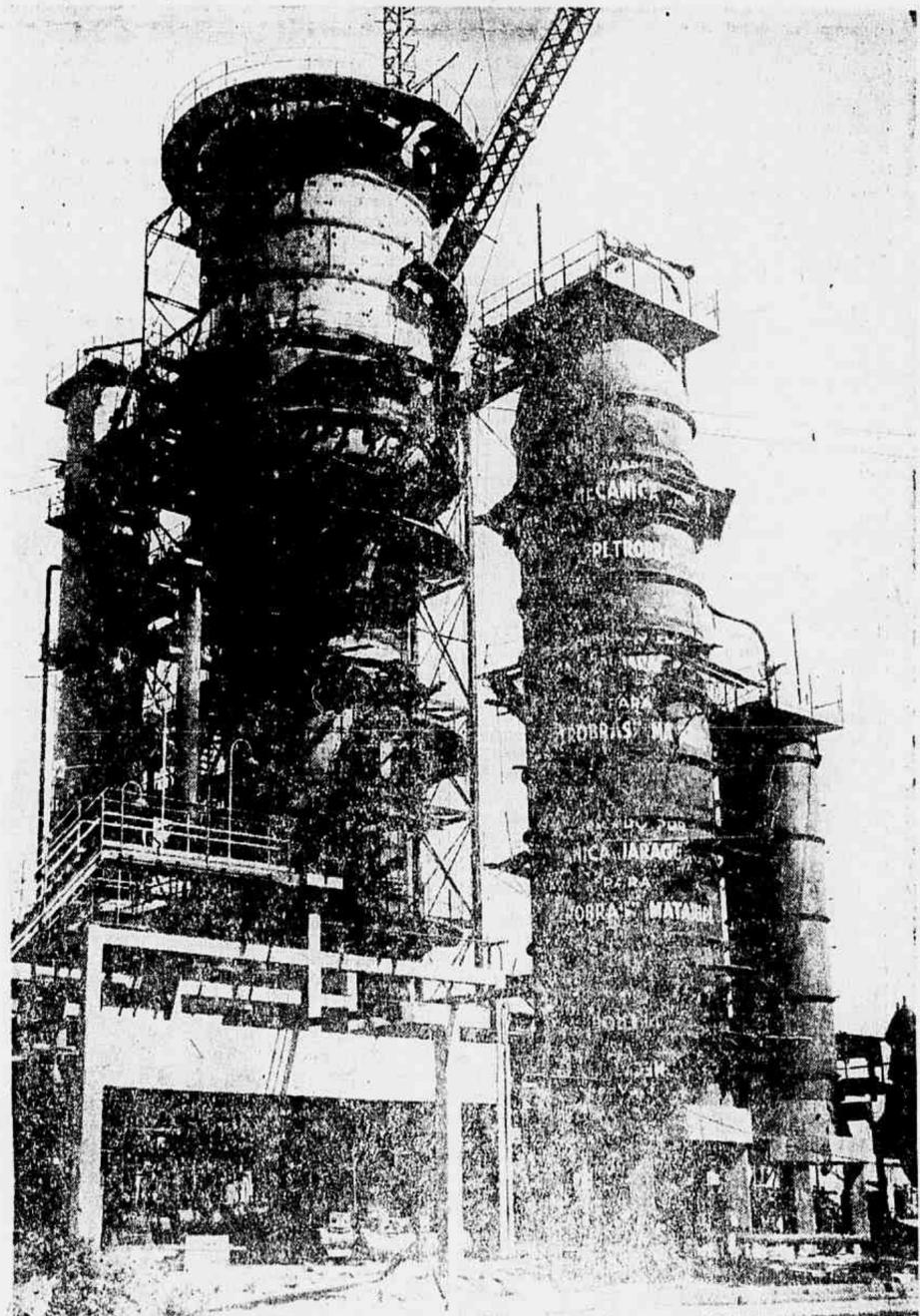
### Olhando para o futuro

Como resultado das obras de expansão da refinaria «Landulpho Alves» podemos assinalar, além do incremento da produção, as seguintes características:

- 1 — Ser a primeira instalação de produção de parafinas proveniente do petróleo nacional.
- 2 — Utilizar os modernos métodos de catalização, extração por solvente e centrifugação para obtenção da gasolina, óleos lubrificantes e demais produtos.
- 3 — Receber da indústria nacional uma grande quantidade de equipamentos: bombas, motores, tubos, aço para estruturas, material de construção civil, etc.
- 4 — Exigir a construção de um moderno laboratório.
- 5 — Equipar o terminal marítimo de Madre de Deus com um pier tendo 2 pontes de atracação para petroleiros de calado até 12 metros.

Além disto constroem-se novos oleodutos e a Frota Nacional de Petroleiros multiplica a sua tonelagem. No que tange à perfuração de novos poços em 1959 atingiu-se 170.000 metros (contra 110.000 em 1958) e este ano a meta vai além dos 200.000 metros.

Hoje o monopólio estatal do petróleo é um marco do nosso progresso econômico, contribuindo para acelerar o desenvolvimento geral do país. A economia de divisas, o emprego de milhares de técnicos, engenheiros e operários, as fabulosas encomendas à indústria nacional de peças e implementos, garantem o êxito desta nubre tarefa.



## As torres do progresso

No recôncavo erguem-se as torres da Refinaria Landulpho Alves, conhecida com o Mataripe, que trabalhará para nos fornecer o petróleo que movimentará veículos e máquinas. A primeira, construída no Brasil, foi equipada para produzir diariamente 40.000 barris de óleo.

# Falta um Palácio em Brasília

Reportagem de NILSON AZEVEDO

O Plano Piloto da NOVACAP previu tudo, mas esqueceu uma coisa — a construção de um edifício destinado às entidades sindicais de grau superior, que representam os trabalhadores no âmbito nacional. Essas entidades, atualmente em número de 11, são obrigadas, pelo artigo 535 da Consolidação das Leis do Trabalho, a ter suas sedes na Capital da República.

Desse modo a nova Capital, mesmo em seu arcabouço, surgirá incompleta a 21 de abril: faltar-lhe-á o Palácio dos trabalhadores. Pior ainda — Brasília aparecerá ingrata aos olhos e ao coração de milhões de trabalhadores que de todo o país contribuíram para as suas obras, e que no Planalto Goiano foram os gigantes na sua construção.

## Construir o palácio, eis a questão

De qualquer modo, o problema existe. As entidades sindicais de grau superior terão de ir para Brasília, mas a sua localização não foi prevista no Plano Piloto da NOVACAP. Entre as organizações que terão de se mudar incluem-se a CNTI, CNTC, CNTTT, CONTEC, (siglas das confederações dos trabalhadores da indústria, comércio, transporte terrestre e bancários). Além dessas as federações dos marítimos, estivadores, empresas telefônicas, jornalistas, e os sindicatos nacionais de aeronautas e aviários.

A CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito) tendo em vista essa situação, oficiou ao presidente da República, ministro do Trabalho e presidente da NOVACAP, sugerindo a construção do Palácio do Trabalhador, com verba do Fundo Social Sindical. O Palácio disporia de dependências para instalação de todas as entidades, teria um grande auditório, restaurante e, possivelmente, alojamento para os representantes sindicais do interior que se dirigiram à Nova Capital para tratar de interesses de sua corporação.

A idéia foi lançada. A CONTEC procurou as suas co-irmãs, consultando-as e solicitando apoio para a sua iniciativa. Esse apoio já foi manifestado pelo presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas; pelo comandante Thaumaturgo da Silva Gaió, presidente da Federação Na-

cional dos Marítimos; Othon Canedo Lopes, presidente do Sindicato Nacional dos Aeroaviários; comandante Fonseca, presidente do Sindicato dos Acroautas e outros líderes dos trabalhadores no comércio, na indústria e nos transportes.

## Israel Pinheiro acusou

Mas os líderes bancários não se limitaram às providências citadas. O sr. Osmino Staford, diretor de Relações Públicas da CONTEC, dirigiu-se a Brasília. Foi procurar Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP, e lhe entregou diretamente o ofício sugerindo a construção do Palácio. Os conselheiros do IAPB, Edgard da Rocha Costa, José Benício de Melo e Cristóvão Moura, encontravam-se em Brasília tratando de outros assuntos, mas acompanharam o seu colega Staford ao encontro com o presidente da NOVACAP, e viram como o homem forte de Brasília reagiu ao receber a sugestão da CONTEC.

## Israel Pinheiro desabafou:

— Vocês estão-se apropriando do meu plano. A construção do Palácio do Trabalhador em Brasília é um velho pensamento meu.

E um abraço caloroso juntou os líderes bancários ao conhecido político mineiro.

De fato, sabe-se que a presidência da NOVACAP dirigiu-se há mais de um ano ao ministro do Trabalho, encaminhando uma consulta sobre a construção da sede das entidades sindicais em Brasília. Até hoje, entretanto, o ministro Nóbrega não respondeu.

## O financiamento

O Palácio poderia ser construído, segundo a opinião de alguns líderes, através de financiamento dos institutos de previdência, de doação do Fundo Social Sindical, de uma parte doada pelo fundo e outra financiada pelos IAPs ou, ainda, totalmente financiado por estes.

O financiamento poderá ser feito pelos institutos, de acordo com o plano E da Lei 34.828, de 17-12-53, regulamentada pela portaria 3.740 do DNPS, que prevê o custeio de sedes para entidades sindicais.

A CAPFESP e os IAPs, que já investiram em Brasília cerca de cinco bilhões de cruzeiros, sem que nenhuma das suas obras viesse

beneficiar diretamente os seus segurados, não oporão obstáculos, por certo, a um investimento de pouco mais de cem milhões de cruzeiros, únicos, talvez, entre tantos bilhões, a serem destinados aos seus contribuintes.

Aliás, a propósito do assunto, o presidente da CAPFESP, sr. Waldemar Rodrigues da Silva, em palestra com Othon Canedo Lopes, líder aeroaviário, foi claro:

— A CAPFESP, que já investiu um bilhão e 80 milhões de cruzeiros nas obras de Brasília, poderá perfeitamente financiar 20 milhões de cruzeiros para a construção do Palácio do Trabalhador, desde que seja autorizado pelo presidente da República.

O sr. Waldemar Rodrigues da Silva pensa que não ultrapassará de 20 milhões a cota a ser destinada a sua Caixa e aos IAPs, para a construção do Palácio, que ele calcula de custo inferior a 120 milhões de cruzeiros, tendo em vista um edifício de 17 andares.

## Investimentos dos IAPs

Além da CAPFESP, que investiu nas obras de Brasília um bilhão e 80 milhões de cruzeiros, podemos citar ainda o IAPC, que investiu 813 milhões, sem contar os 176 milhões já aprovados para a construção do edifício sede. O IAPI investiu Cr\$ 1.174.729.094, até 31-12-59. O IAPB, também até essa data, havia empregado 985 milhões de cruzeiros.

O Presidente Kubitschek, que exigiu dos institutos o financiamento das obras da Nova Capital, destinadas a deputados, senadores, juizes, e funcionários federais, não poderá negar autorização para o empréstimo destinado à construção do Palácio do Trabalhador.

## Niemeyer de acordo

Quando os bancários regressavam de Brasília encontraram no aeroporto o arquiteto Oscar Niemeyer, que tomou conhecimento do plano da CONTEC. Niemeyer confirmou Israel Pinheiro: O Palácio é um velho pensamento dos construtores da NOVACAP, mas sem autorização superior nada feito. Niemeyer foi claro:

— Deem-nos autorização, e meteremos mãos à obra imediatamente. A Idéia é magnífica.



Brasília está sendo construída com o braço e o dinheiro dos trabalhadores. Em seu Plano Piloto tudo foi previsto. Ou quase tudo, pois entre os palácios e arranha-céus edificadas não há lugar para a casa do trabalhador. Com razão, dirigentes sindicais de todo o país exigem do presidente da República a construção do Palácio do Trabalhador para sede das entidades sindicais de âmbito nacional.

## Mãos e dinheiro de candangos

# Brasil e Polônia Acertam os Ponteiros

O acordo comercial, que vem de ser firmado entre os Governos do Brasil e da Polônia, é um bom exemplo das vantagens crescentes que resultam para o nosso país do intercâmbio econômico com o Leste socialista. Este intercâmbio sofreu mesmo certo recuo entre 1955 e 1958, mas no ano passado retomou um ritmo ascendente. Neste particular, podemos citar o aumento do volume do comércio com a Tchecoslováquia, o acordo para troca de café por navios com a Polônia e o primeiro acordo comercial firmado oficialmente com a União Soviética. A estes fatos se acrescenta agora o novo acordo brasileiro-polonês. Sem desprezar o incremento do intercâmbio com outras áreas, é indiscutível que o nosso país tem o maior interesse em estreitar suas relações com os prósperos países do campo socialista.

## Duplicação do valor do intercâmbio

O primeiro aspecto, que chama a atenção no novo acordo Brasil-Polônia, é a soma total prevista do intercâmbio anual: 70 milhões de dólares nos dois sentidos (exportação e importação). Esta soma supera em mais de duas vezes aquela fixada para o acordo anterior, ou seja, 33 milhões de dólares anuais.

A Polónia passará a ocupar doravante um posto bem mais significativo no comércio exterior brasileiro, superando países como a Itália, a Dinamarca, a Holanda e o Japão. Na América Latina, o posto da Polónia será inferior somente ao da Argentina e da Venezuela, esta última apenas no se refere à importação.

## Uma inovação: prazo de cinco anos

Outro aspecto importantíssimo do acordo é o seu prazo de vigência, fixado em cinco anos, com possibilidade de prorrogação anual, depois de expirado.

Os acordos bilaterais costumavam ser por um ano ou dois, no melhor dos casos. Com a URSS, o nosso país firmou um acordo trienal. O prazo de cinco anos é, pois, fixado pela primeira vez, constituindo inovação de considerável alcance.

As vantagens, que daí decorrem, são evidentes. O Brasil terá um mercado garantido para diversos dos seus produtos exportáveis, o que não deixará de ter certa influência benéfica nas suas cotações. Por outro lado, a importação poderá ser planejada por um prazo relativamente longo, atendendo às necessidades essenciais do nosso país. A isto deve se acrescentar mais uma vantagem, que tem caráter prioritário: as nossas compras na Polónia não implicarão em nenhum gasto de dólares ou de outras divisas fortes, já que se trata de troca direta e balanceada de mercadorias. (Somente o saldo que eventualmente remanescer do acordo, depois de

expirado, é que deverá ser liquidado em dólares ou em outra divisa).

## Lista de exportação e importação

Segundo a previsão, o Brasil exportará para a Polónia principalmente café, cacau, minério de ferro e de manganês, sementes oleaginosas, algodão, lã, ceras, sisal, madeiras duras e aparelhos elétricos de consumo. Uma composição que abrange, além dos itens tradicionais, também artigos industriais. Lugar especial tem aí nosso minério de ferro, do qual a Polónia vem sendo um dos maiores compradores, impedindo a sua monopolização pelo mercado norte-americano.

A Polónia, por sua vez, exportará para o Brasil sobretudo navios, motores e equipamento para navios, fábricas siderúrgicas, de alumínio, de cimento, de tratores, equipamento para mineração e produção de cobre, tratores, aviões, máquinas têxteis, laminados, zinco e suas ligas etc. Como se vê, trata-se de bens de produção altamente essenciais para a nossa industrialização. Sobre a sua excelente qualidade, vantagem em matéria de preços e entrega nos prazos contratuais, já deram idéia os navios poloneses que recebemos.

O acordo manifesta explicitamente, no parágrafo único do artigo III, que os produtos enumerados correspondem apenas a uma previsão de tendências, que não é restritiva. Poderão, portanto, vir a ser incluídos na lista de intercâmbio outros artigos, conforme as vantagens mútuas. Uma comissão mista brasileiro-polonesa, que se reunirá alternativamente no Rio e em Varsóvia, cuidará dessas alterações ou de outras, que se tornarem convenientes.

Nos termos do acordo a reexportação não será permitida, abrindo-se, porém, exceção para casos específicos, após entendimento prévio.

## Facilidades de crédito nos termos do acordo

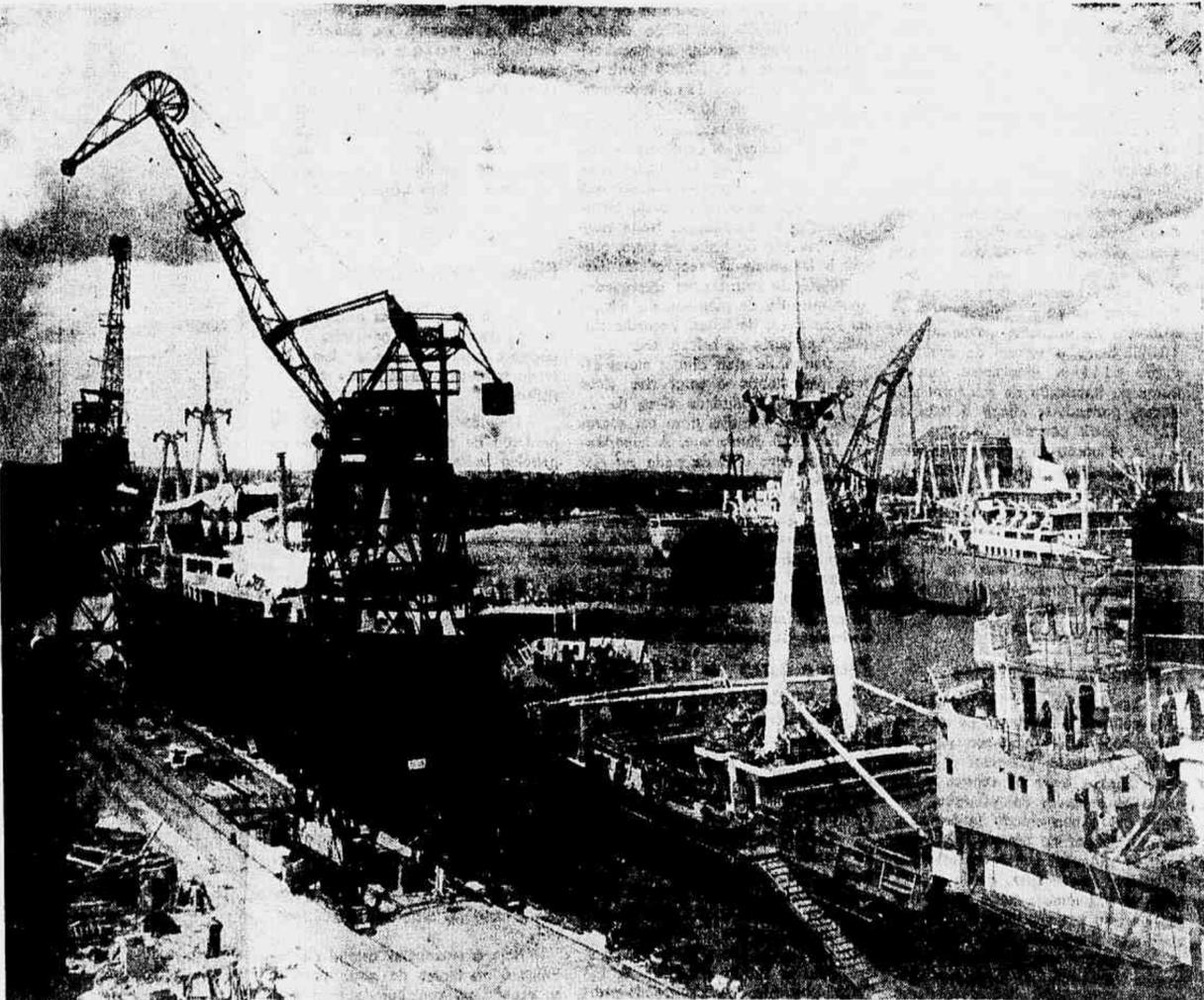
O mecanismo financeiro é aspecto, que merece atenção, no novo acordo comercial Brasil-Polónia.

Prevê-se um crédito recíproco sem juros (technical credit) no montante de quatro milhões de dólares. Os limites deste crédito são, sem dívida, exigidos para o montante do intercâmbio previsto. Foram impostos pelo Itamarati e revelam certa desconfiança no futuro do acordo. Entretanto, são de algum modo compensados por diversos dispositivos do acordo. Assim é que o artigo III declara que os saldos acima de quatro milhões de dólares serão liquidados através do aumento da exportação do devedor para o credor, não implicando, pois, obrigatoriamente, em gastos em divisas. Além disto o artigo IX prevê que os saldos líquidos das contas poderão ser transferidos para terceiros países, uma vez que, em cada caso, haja acordo entre o Banco do

Brasil e o Banco Nacional da Polónia. Trata-se de um princípio de pagamentos multilaterais, que não só facilitará o intercâmbio como permitirá elevar o seu montante acima do previsto.

O artigo V estabelece importantes vantagens concedidas pela Polónia ao nosso país. Segundo dispõe, a importação de bens de capital pelo Brasil poderá ser financiada por créditos especiais das organizações comerciais polonesas. Terá, assim, o nosso país uma valiosa fonte de financiamento exterior, num período de grandes dificuldades no seu balanço de pagamentos, podendo resistir melhor à pressão do Fundo Monetário Internacional e das demais agências de crédito controladas pelo imperialismo norte-americano.

Resta agora que o Acordo, já assinado por autoridades do Brasil e da Polónia, não sofra delongas na sua tramitação para definitiva aprovação.



## Navios para o Brasil

Nos estaleiros poloneses de Gdansk, um dos mais modernos da Europa, estão sendo construídos navios para a frota costeira do Brasil. O novo acordo comercial Brasil-Polónia proporcionará um volume maior de negócios entre os dois países, envolvendo a troca de maquinaria por café e outros produtos nacionais. A partir da assinatura do primeiro acordo entre os dois países, vem aumentando sempre, com vantagens para ambas as partes, o volume de trocas.

# Visita à Universidade de Fu-tan em Shanghai

LUIZ CARLOS PRESTES



Ao entrar em contato com o povo chinês não se pode deixar de admirar a sede de cultura das grandes massas trabalhadoras, o entusiasmo com que se estuda no país inteiro, assim como os esforços que são feitos pelo governo e pelo Partido Comunista para assegurar a mais rápida elevação do nível de instrução e cultura das mais amplas camadas da população. Dez anos após a revolução vitoriosa, desapareceu para sempre a velha China atrasada e ignorante e, em seu lugar, ergue-se agora um país moderno, cujo governo cuida com especial carinho de elevar o nível cultural do povo, de assegurar à juventude a instrução que lhe permitirá contribuir mais ativamente para o desenvolvimento econômico da pátria socialista e o progresso de toda a humanidade. Assim como já é dono do poder estatal, o povo chinês quer também ser o senhor da cultura. Ao invés de divertimento reservado a poucos, das classes exploradoras, a cultura na China Popular está colocada a serviço do povo, que utiliza a literatura e a arte para descrever suas lutas e seu trabalho, e a ciência e a técnica para construir o socialismo.

leve a Universidade de Fu-tan, como as demais em todo o país, um rápido desenvolvimento nos últimos dez anos. A área construída, em relação ao período anterior a 1949, aumentou de 3,25 vezes, passando de 43.154 m<sup>2</sup> a 141.288 m<sup>2</sup>. O número de volumes da biblioteca aumentou no mesmo período de mais de dez vezes, passando de 83.110 a 841.141. O equipamento científico aumentou de 14,3 vezes. Tão grande desenvolvimento permitiu um rápido aumento do número de alunos, de maneira que nos dez anos que se seguiram à libertação terminaram os cursos da Universidade de Fu-tan 6.156 jovens, ou seja 78% dos 7.847 formados pela mesma Universidade nos 44 anos decorridos desde sua fundação, em 1905, até o ano de 1949.

Para que se possa ter uma idéia das proporções já alcançadas na realização dessa política educacional, basta citar alguns números a respeito das fábricas e oficinas que foram construídas nos últimos anos pelas universidades, colégios e escolas secundárias e a produção realizada pelos estudantes. Em fins de 1959, foram construídas 151.608 de fábricas e oficinas diversas (mecânica, de eletricidade, de fundição, de produção química, etc.), sendo que 7.240 em universidades e colégios, 21.504 em escolas secundárias e 122.864 em escolas médias. Foram, além disso, postos em funcionamento mais de 10.000 fazendas agrícolas, com uma área de 2,5 milhões de mu. Até setembro de 1958, as oficinas e fábricas das escolas haviam produzido 36.000 máquinas de diversos tipos e 1,93 milhões de toneladas de adubos químicos.

atualizado e menos geral. Os velhos professores eram acusados pelos alunos de serem partidários dos «três muitos e três poucos»: muitos fórmulas e pouca prática, muito sobre o passado e pouco sobre a atualidade, muito sobre o geral e pouco sobre o particular e específico. A combinação do ensino com o trabalho produtivo estimula a iniciativa de professores e alunos e leva à correção daqueles muitos. Além disso, o trabalho produtivo contribui para melhorar as relações entre professores e alunos, transformando-as em relações de igual para igual e reforçando a disciplina interna nas escolas.

A Universidade de Fu-tan é também um grande centro de investigação científica, dividido em 23 seções com mais de 50 salas de estudo e laboratórios. Publica regularmente duas revistas, sendo que uma dedicada a ciências naturais e matemáticas e outra a ciências sociais. Junto à Universidade funciona ainda um curso preparatório de 3 anos de duração para operários e camponeses que possuem instrução correspondente ao 3º ano do curso secundário.

Mas a combinação do estudo com o trabalho produtivo também contribui grandemente para melhorar a qualidade do próprio ensino. Como nos informava um dos vice-reitores da Universidade de Fu-tan, graças à ligação da teoria com a prática tiveram os professores de modificar em boa parte a orientação do ensino, que se tornou mais

A combinação do estudo com o trabalho produtivo tem ainda a vantagem de contribuir grandemente para um maior desenvolvimento nas universidades e colégios da investigação científica e técnica em íntima relação com as necessidades da construção do socialismo no país. Enquanto, anteriormente, as teses de graduação universitária relacionavam-se com questões hipotéticas e eram resolvidas com dados tirados dos livros, agora relacionam-se naturalmente com projetos necessários à construção socialista e são resolvidos com dados reais, provenientes da própria vida.

A principal característica do ensino na China Popular está na íntima combinação do estudo com o trabalho produtivo, preceito básico da política educacional do Partido Comunista Chinês e que, parcialmente a partir de 1958, vem sendo posto em prática em todo o país com enorme êxito. Seu lema é «trabalhar sem deixar de estudar». Toda a juventude estudantil, tanto dos cursos universitários, como dos colégios e escolas secundárias, realiza um trabalho produtivo, seja dentro ou fora do recinto escolar. A Universidade de Fu-tan, por exemplo, mantém relações com 424 fábricas e com 4 comunas populares nas quais, durante alguns meses por ano, trabalham seus alunos. Mas dentro do recinto da própria Universidade já existem em pleno funcionamento 13 fábricas médias e experimentais, nas quais realizam os estudantes um trabalho produtivo durante 2 a 3 meses por ano.

Apesar disso, entretanto, e evidente a diferença de atitudes entre um e outro candidato. As posições de Lott — embora suas incontestáveis vantagens — distinguem-se sensivelmente das posições em que se colocava o candidato Kubitschek, em relação a problemas concretos e relevantes como a exploração dos trustes imperialistas, a reforma agrária, o respeito ao direito de greve, a regulamentação e ampliação da previdência social, a defesa da escola pública, o voto para os analfabetos, etc. Em vários de seus discursos, entrevistas e pronunciamentos de outros tipos, o marechal Teixeira Lott tem firmadas posições nacionalistas e democráticas que foram sistematicamente evitadas por Kubitschek em sua campanha eleitoral de 1955.

Tudo isso explica a alegria contagiante dos jovens, ao mesmo tempo que participam com entusiasmo da construção do socialismo, tratam de elevar seu nível cultural e científico e Partido Comunista, marcham conscientemente pelo caminho que leva à completa eliminação das diferenças entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, ao novo humanismo da sociedade comunista.

Em comparação com o ano de 1936, — o mais florescente — aumentou no país de oito vezes o número de teatros e de quatro vezes o número de cinemas. Há de hoje, mais de 840 institutos de investigação de ciências naturais e de técnica ou 21 vezes mais do que antes da libertação, sendo que o número de técnicos e cientistas que trabalham em tais institutos é 51 vezes maior do que antes da libertação. Só a Academia Chinesa de Ciências dirige cerca de cem institutos de investigação científica e técnica em todo o país.

Tive ocasião de visitar, na cidade de Shanghai, a grande Universidade de Fu-tan, de entrar em contato com alunos e professores, de poder verificar, assim, de perto as condições em que se realiza o ensino superior, os métodos que o caracterizam, assim como a atenção que a tão importante setor do ensino dedicam o governo e o Partido Comunista.

A Universidade de Fu-tan é uma das 17 universidades de tipo geral existentes no país. Seu objetivo é formar trabalhadores cultos, a serviço do socialismo. Dela fazem parte onze faculdades: de línguas e literatura chinesas; de línguas e literaturas estrangeiras; de economia; de engenharia; de história; de jornalismo; de filosofia; de matemática; de química; de biologia; de física e de energia atômica. Conta a Universidade com 698 professores e linha, no fim do ano de 1959, 5.699 alunos. Entre estes, aumenta, de ano para ano, o número de filhos de operários e camponeses. Em 1959, o número de alunos de origem operária e camponesa chegava a 1.947, ou seja, 26,5% do total, sendo porém que no 1º ano dos diversos cursos a referida percentagem atinge a 38,7%. É evidente que isto se dá, porque o Estado assegura gratuitamente a todos os alunos alojamento em edifícios da própria Universidade e tudo quanto necessitam para o estudo. Os alunos pagam apenas a alimentação, sendo de notar, no entanto, que 76% deles recebem subsídios do Estado. Os 24% restantes estudam por sua própria conta. Graças a ajuda direta do Estado,

Como nos dizia um dos vice-reitores da Universidade de Fu-tan, essa combinação do estudo com o trabalho produtivo contribui grandemente para desenvolver entre os estudantes o amor ao trabalho e aos trabalhadores, para pôr fim a certos preconceitos generalizados nos meios estudantis intelectuais, de que os operários e camponeses são mentalmente inferiores, sujeitos e estúpidos. Facilita também, através da prática do trabalho produtivo, uma melhor assimilação do conhecimento adquirido em livros e preleções. Reconhecem também os chineses que a realização de um trabalho produtivo muito contribui para melhorar a saúde dos estudantes, os quais trabalhando regularmente em comum com maior atividade e tornam-se fisicamente mais fortes.

O antigo silêncio das universidades e escolas é quebrado pelo rumor das máquinas. Vimos, na visita à Universidade de Fu-tan, marchando ombro a ombro, estudantes com livros debaixo do braço e jovens operários que se dirigiam para as fábricas e oficinas, construídas ao lado das salas de

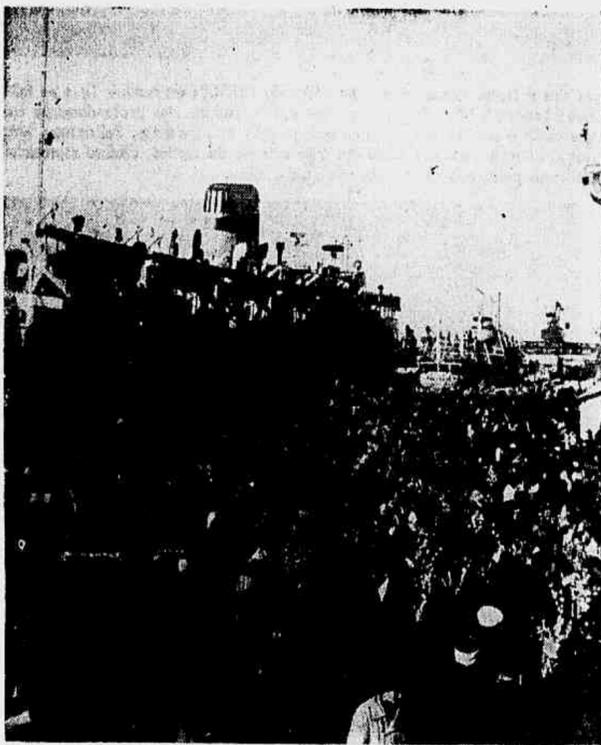
## Teoria e Prática

## Diferenças entre Lott e JK

O último documento político lançado pelos comunistas — «Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais» — refere-se explicitamente às particularidades que distinguem as candidaturas de Juscelino Kubitschek (1955) e do marechal Teixeira Lott. Esse problema tem muita importância para que se possa compreender acertadamente as mudanças havidas no panorama nacional nesse recente período e, desse modo, situar de maneira correta a candidatura Lott e a posição que em face dessa candidatura assumem as forças nacionalistas e democráticas, particularmente os comunistas.

No fundamental, as forças sociais e políticas que se agruparam em torno da candidatura de Kubitschek e as que asseguraram a vitória são as mesmas que hoje se aglutinam em torno da chapa Lott-Jango: forças heterogêneas, em que figuram desde os setores mais radicais do movimento nacionalista até grupos conservadores do PSD e outros partidos. Esse é um traço comum.

Assinalando-se esse aspecto positivo da candidatura Lott — isto é, a relativo avanço das tendências e dos setores nacionalistas e populares — não se pode, entretanto, superestimá-lo. Uma vez que o conjunto de forças sociais e políticas que se aglutinam em torno dela continua a se caracterizar pela heterogeneidade, abarcando elementos identificados com interesses e mais diversos e necessários, contudo, ter em vista as particularidades da candidatura Lott, dando que elas indiquem modificações de considerável importância para a luta anti-imperialista e democrática, apontando as perspectivas existentes de novos êxitos, ainda mais relevantes.



## A Volta ao Lar

Uma grande multidão, bandeiras e música alegre de uma orquestra, acolheram, no porto de Tchondjin, na República Democrática da Coreia, milhares de repatriados. A volta ao lar, o reencontro com a família, resultado para os coreanos que se encontravam no Japão, em horas intermináveis de espera angustiada. O governo japonês colocou obstáculos os mais diversos para impedir a repatriação voluntária, provocando inclusive um caso Internacional. No fim, foi obrigado a ceder.

O vapor «Crillon» transportou o primeiro grupo. Quando ancorou no cais de Tchondjin, parentes dos repatriados invadiram o tombadilho: o velho Cis-Guon abraçou o filho que não via há 16 anos; famílias separadas há muitos anos realizaram um velho anseio.

Os repatriados, após as manifestações que lhes foram tributadas à chegada, foram recebidos em Pyongyang, capital da RDC, pelo presidente Kim Il-sung e pelos membros do governo, durante uma grandiosa festa popular realizada na cidade. Reintegrados na vida do país, os coreanos repatriados receberam apartamentos nas diversas cidades em que se estabeleceram, assim como toda assistência do Estado.

Ao primeiro grupo, dever-se-ia seguir o segundo, conforme a decisão do governo japonês de respeitar o desejo expresso pelos coreanos residentes no país, de regressar à RDC. Durante as negociações que se concluíram com o partido do primeiro grupo, o governo da Coreia do Sul interveio arbitrariamente, tentando impedir o embarque. O repúdio dos coreanos, recusando a intromissão dos enviados de Syngman Rhee, fez fracassar a tentativa.

# História do Movimento Operário

— (LVII) —

## Resoluções contraditórias no Congresso de Amsterdã

Lenin, em trabalho datado de 1913, sobre a maneira como foi enfrentada:

«O Congresso examinou o fundo das bases do litígio entre os gueudistas (marxistas) e os jauristas (revisionistas). Concluiu a linha dos jauristas, — sua participação nos ministérios burgueses, seus convênios com a burguesia, etc. E, à luz desse julgamento a fimou, propôs a unidade do partido em cada país. Essa resolução é justa.»

Voltando a referir-se ao assunto, um ano mais tarde, Lenin aduz, sem meias palavras: «A resolução de Amsterdã da Internacional insiste sobre a unidade do partido operário em cada país.»

Como sabe o leitor (ver Caps. LII e XLII, em NOVOS RUMOS nos. 53 e 42), os gueudistas e jauristas uniram-se em 1905 num só partido, o Partido Socialista Francês, que, sob a influência predominante dos reformistas, decambou francamente para as posições do oportunismo. Esse fato não impugna, de modo algum, a resolução de Amsterdã, e sua define a incapacidade real dos marxistas franceses em aplicá-la consequentemente. Essa incapacidade é bem ilustrada na figura de Jules Guesde que, sendo à época o líder marxista de maior prestígio na França, com brilhante fe-de-eficácia revolucionária, involuiu não obstante, rapidamente, nos anos

seguintes, até cair no pantano do centrismo e trair, afinal, a classe operária ao começar a guerra imperialista de 1914-18, durante a qual chegou a ser ministro do governo burguês de «defesa nacional» da França.

Ja a resolução, sobra por seu evidente conteúdo oportunista. Apesar de tomada sob a influência dos êxitos da luta que, vista que se ia ampliando em diferentes países, propunha, particularmente na Rússia, o reconhecimento convencional da resolução sobre a greve-geral política, preconiza a luta da classe operária não a greve-geral política, preconiza a luta da insurreição armada, mas simplesmente a greve de massas, desligada de qualquer consequência insurrecional. Colocada assim a questão, até o revisionista Bernstein deu o seu voto a favor, declarando que, nas condições existentes, a greve de massas devia substituir a insurreição armada e a revolução.

Não foi mais feliz a posição do Congresso de Amsterdã sobre a política colonial. Rejeitando o antigo lema gueudista que conclamava a protestar-se com todas as forças contra as aventuras coloniais, o Congresso aprovou a resolução sobre a incolor proposta pelo socialista de direita Van Koll, de Ha-

landa. A ela, como era de esperar-se, agarraram-se em seguida os oportunistas de todos os países, inclusive e muito particularmente os revisionistas, que sustentavam a tese absurda de uma «política colonial socialista positiva», própria segundo dizem, para a época do imperialismo.

Quando os representantes dos partidos socialistas de todo o mundo reuniram-se em Amsterdã, as labaredas da guerra russo-japonesa lavravam no Extremo Oriente. O Congresso não conseguiu, assim, os seus trabalhos, sem aprovar uma mensagem de solidariedade aos proletários russos e japoneses, condenados ao sacrifício e à morte pelos crimes dos capitalistas e dos governos.

Além da realização do Congresso de Amsterdã, o ano de 1904 assinala um outro fato importante na vida do II Internacional: o início do funcionamento do Biro Socialista. Vimos, em 1900, no Congresso de Paris, e que tinha como função reunir informações sobre a situação da classe operária em todos os países, expedir os documentos dos congressos realizados, preparar relatórios, ou documentos dos congressos movimento socialista nos diferentes países. Dado o caráter limitado das atribuições do Biro, muitos socialistas o chamavam informalmente de caixa postal internacional. Sua sede era em Bruxelas (Bélgica), e foi seu secretário, de 1904 a 1912, o socialista belga Camille Huysmans. Lenin pertenceu ao Biro Socialista Internacional de 1905 a 1912, nele representando o Partido Operário Social-Democrata da Rússia (bolchevista).

Como vimos no capítulo anterior, a II Internacional, no Congresso de Amsterdã, adotou uma posição de princípio bem definida, clara e inquestionavelmente justa sobre os problemas fundamentais do movimento operário e socialista, — o da tática desse movimento.

O mesmo se daria, em seguida, com respeito à questão mais importante que foi objeto de debate no segundo ponto da ordem-do-dia do Congresso: a da unidade dos partidos socialistas em cada país. O movimento proletário em ascensão em toda a Europa, naqueles anos, apresentava-se, como era inevitável, dividido em diferentes correntes, que, passando por variados matizes, iam desde a marxista, revolucionária, até a revisionista, abertamente burguesa, contra-revolucionária. Essa situação refletia um momento determinado, extremamente complexo, do longo processo histórico de transformação da classe operária de classe-em-si, ideologicamente subordinada à burguesia, em classe-para-si, independente, politicamente oposta à minoria exploradora capitalista dominante. Ao mesmo tempo, os interesses imediatos e os interesses fundamentais, permanentes, do proletariado exigiam a concentração, a unificação de todas as suas forças num só partido de classe. Assim se colocava, no momento, a questão da unidade. O exemplo mais nítido e característico da situação existente entre o movimento operário na França, fragmentado então entre o «partido» dos gueudistas e o dos jauristas.

Como encaminhar, acertadamente, isto é, numa base de princípios, a solução do delicado problema? Era essa uma das tarefas do Congresso de Amsterdã. Eis o que diz

# NOVOS RUMOS



## Nadou para o meio do açude!

Em meio à batalha para a salvação do Orós, um episódio fez chegar ao máximo a emoção de quantos assistiam aos esforços dos valentes engenheiros e operários do DNOCS: um menino (que na foto é visto sobre um trecho ainda descoberto da barragem) atirou-se n'água e saiu nadando em direção ao meio do açude. Por quê? Loucura? Não, simplesmente um ato temerário, mas profundamente característico da bravura tranqüila do nordestino, do seu desprezo pelo perigo. Todos os que viram a cena, conscientes do perigo que corria o menino, ficaram com a respiração suspensa. Felizmente, tudo saiu bem e o jovem nadador, pouco depois, chegava são e salvo a uma das margens. Mas, poderia ter sucedido o contrário, porque naquele momento parte dos 720 milhões de metros cúbicos represados já despencava por cima da banquetta superior da barragem e pelo sangradouro aberto às últimas horas pelos construtores da grande obra.



## «Nenhuma barragem do mundo vale uma vida humana»

O esforço despendido pelos engenheiros e operários encarregados da construção do açude de Orós, pondo em tensão tôdas as suas forças para cortar caminho à catástrofe total, ganhou o reconhecimento de todo o povo brasileiro. Da qualidade da construção ninguém nada pode dizer: mesmo tendo sido aberto vasto sangradouro — de 120 metros para uma extensão total da barragem de 570 metros — pelo qual a água desceu em catadupas, o resto da obra resistiu. Setenta por cento da barragem manteve-se de pé e de pé estaria tôda ela, certamente, se o govêrno não tivesse negado aos construtores de Orós na hora em que eles o reclamaram, os recursos necessários para concluir o açude antes das grandes chuvas. E porque os recursos não vieram, a obra teve de ser sacrificada. Pondo de parte qualquer vaidade profissional, jogando naquele lance sua carreira, disse, então o engenheiro-chefe Anastácio Maia: «Nenhuma barragem no mundo vale uma vida humana». E com isso terrível catástrofe foi evitada.



## Medida de emergência

Se o ritmo das obras não tivesse diminuído, em consequência da falta de verbas, provavelmente o Ceará estaria em festas, a estas horas, diante das grandes chuvas deste ano. Setecentos milhões de metros cúbicos de água foram o suficiente para vencer o açude. Mas, não é ele previsto para receber quase seis vezes mais, isto é, quatro bilhões de metros cúbicos? Nesse caso, o imenso reservatório, ainda que não estivesse cheio, teria água suficiente para irrigar milhares de hectares, assegurando o êxito das lavouras. Querer dizer, como o fez o ministro Amaral Peixoto, que tudo se deveu às fortes chuvas (que só ocorreriam de mil em mil anos...) é pretender empulhar a opinião pública. A causa não são as chuvas, mas a falta de verba e pela falta de verba não é a natureza, não são os elementos que respondem: é o govêrno, é o chamado plano de economia (aplicado contra as regiões pobres do país), são os bilhões de cruzeiros entregues aos fazendeiros de café e invertidos supérflua-mente, no financiamento do atraso do país. Vejamos se agora, depois da porta arrombada, cumpre o govêrno o prometido e constrói, de fato, o açude de Orós até dezembro e mais, façamos votos para que o próximo inverno seja pródigo em chuvas para que a catástrofe de agora não sobrevenha o rigelo da seca.



## E agora para onde?

Atenderam ao alarme, deixaram sua casa, com os móveis pobres e os escassos utensílios. Pouco que fosse, mas era o seu teto, o seu chão. Tomaram o rumo da estrada e agora descansam entre duas marchas. Para onde? Para quê? O que virá depois? E' esse o espantoso quadro de incerteza não no futuro, mas no dia seguinte, na hora que apenas está por vir que se abate sobre milhares de famílias habitantes do desgraçado vale do Jaguaribe. Os prejuízos materiais sobem a centenas de milhões de cruzeiros, talvez a mais. E tudo por quê? Porque um governante irresponsável, no conforto dos seus aposentos no Rio ou em S. Paulo, deixou de entregar a tempo útil a verba pedida para a conclusão de Orós.

## Até quando

Neta e avó, três gerações de cearenses. Ora flageladas pela seca, ora pelas enchentes, as populações do heróico Estado nordestino não conhecem outra coisa senão o sofrimento. Quando parecia que as coisas iam melhorar — e Orós era uma grande esperança — eis que uma tragédia inaudita se abate sobre suas vidas: rompe-se o açude e a água represada durante meses precipitou-se sobre o vale do Jaguaribe, inundando cidades e vilas, destruindo casas, bens, pequenas lavouras trazendo a ruína, a fome, as epidemias para a população. Na expressão dessa avó cearense, mais de ceticismo do que de desencanto, parece desenhar-se a pergunta: até quando? Sim, porque mais férteis que as melhores terras cearenses, são os políticos em promessas jamais cumpridas. Orós, mesmo, a grande esperança, até aqui não passou de promessa. Prometido para março, não ficou pronto e o resultado foi a catástrofe. Agora, prometem-no para dezembro. Que venha. Mas, enquanto isto, quem indenizará os prejuízos sofridos por dezenas senão centenas de cearenses, que perderam todo o pouco que tinham da noite para o dia sob as águas. Reconstruir Orós é um dever. Mas, não basta. E' preciso que alguém pague também pelo que ocorreu porque Orós não foi construído em tempo.